

RELATÓRIO
DO CONTRATO
DE GESTÃO

Cebraspe
2016



GOVERNO FEDERAL

Presidente da República

Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministro de Estado da Educação

José Mendonça Bezerra Filho

Secretária-Executiva do Ministério da Educação

Maria Helena Guimarães de Castro

Coordenadora do Núcleo de Coordenação, Supervisão e Acompanhamento das Organizações Sociais da Secretaria Executiva do Ministério da Educação

Maria Cristina de Lima Perez



CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISA EM AVALIAÇÃO E SELEÇÃO E DE PROMOÇÃO DE EVENTOS

Campus Universitário Darcy Ribeiro

Edifício-Sede Cebraspe – Asa Norte
CEP 70904-970 – Brasília – DF
(55 61) 2109-5913 / (55 61) 2109-5915

www.cebraspe.org.br

Todos os direitos reservados ao Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos – Cebraspe. Os textos contidos nesta publicação podem ser reproduzidos, armazenados ou transmitidos, desde que citada a fonte.

CEBRASPE

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ministério da Educação

Vicente de Paula Almeida Júnior – Titular
Antônio Simões Silva – Suplente

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Karina Romanini Messias – Titular
Luiz Fernando Fauth – Suplente

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Evandro Pereira Caldas – Titular
Francisco Edilson de Carvalho Silva – Suplente

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa

Nelson Simões da Silva – Titular
Wilson Biancardi Coury – Suplente

Associação Brasileira de Estatística

Antonio Eduardo Gomes – Titular
Hélio dos Santos Migon – Suplente

Universidade de Brasília

Jake Carvalho do Carmo – Titular
Leonardo Rodrigues Araújo Xavier – Suplente

Associação dos Aposentados da FUB

Hildebrando de Miranda Flor – Titular
Luiz Hernan Rodrigues Castro – Suplente

Conselho Universitário da UnB

Alessandro Borges de Sousa Oliveira – Titular
Marilde Loiola de Menezes – Suplente

Conselho de Administração da UnB

Rodrigo Rosal Cavalcanti Santos – Titular
Francisco de Assis Rocha Neves – Suplente

Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UnB

Jurandir Rodrigues de Souza – Titular
Alexandre Ricardo Soares Romariz – Suplente

Representante dos Associados Fundadores

Noraí Romeu Rocco – Titular
Marcelo Ladeira – Suplente

DIRETORIA

Diretor-Geral

Paulo Henrique Portela de Carvalho

Diretora Executiva

Maria Osmarina do Espírito Santo Oliveira

Diretor de Contratação e Gestão de Eventos

Ricardo Bastos Cunha

Diretor de Instrumentos de Avaliação, Seleção e Certificação

Marcus Vinícius Araújo Soares

Diretor de Operações em Eventos

Jorge Amorim Vaz

ASSOCIADOS FUNDADORES

Carlos Alberto Muller Lima Torres
Denise Bomtempo Birche de Carvalho
Donald Matthew Pianto
Eda Castro Lucas de Souza
Luís Afonso Bermudez
Mamede Said Maia Filho
Marcelo Ladeira
Marcos Valério Gonçalves
Maria do Socorro Oliveira Marzola
Mauro Luiz Rabelo
Noraí Romeu Rocco
Paulo Henrique Portela de Carvalho
Ricardo Bastos Cunha
Ricardo Carmona
Rogério Fagundes Marzola
Thérèse Hofmann Gatti Rodrigues da Costa
Tomás de Aquino Guimarães
Valdeci da Silva Reis

ASSOCIADO EFETIVO

Valdeci da Silva Reis

Apresentação	6
<hr/>	
1. Identificação e atributos do Cebraspe	10
1.1 Identificação	10
1.2 Finalidade e competência	10
1.3 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da organização	11
1.4 Publicações relacionadas às atividades da organização	12
1.5 Breve histórico	13
1.6 Ambiente de atuação	15
1.7 Organograma	17
1.8 Identificação dos macroprocessos finalísticos	26
<hr/>	
2. Atividades do Contrato de Gestão	30
2.1 Ações pactuadas com a FUB	36
2.2 Ações pactuadas com o Inep	40
<hr/>	
3. Informações sobre a gestão administrativa	46
3.1 FNQ Autoavaliação assistida	46
3.2 PMG	51
3.3 SAP	52
3.4 OBZ	53
3.5 Implantação da estrutura organizacional	54
3.6 PCCR	55
3.7 Avaliação de desempenho	56
3.8 Pesquisa de clima organizacional	58
3.9 Cipa	61
3.10 SQVT e Sipat	61

4. Avaliação e acompanhamento	64
4.1 Recomendações constantes de relatórios anteriores da comissão	64
4.2 Recomendações constantes do <i>Relatório de Avaliação de 2016</i>	66
<hr/>	
5. Informações contábeis	70
5.1 Informações financeiras e contábeis	70
5.2 Parecer da auditoria independente	72
<hr/>	
Aprovação do Relatório do Contrato de Gestão 2016	100
<hr/>	
Listas	102
Quadros	102
Gráficos	102
Figuras	103
Tabelas	103
<hr/>	
Siglas	104

Apresentação

Em 2016, todas as iniciativas referentes ao Contrato de Gestão (CG) concentraram-se nas negociações para assinatura de seu 1º Termo Aditivo. As equipes técnicas do Cebraspe e do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) reuniram-se, durante o ano, a fim de elaborar o [plano de ação](#) do CG para o período de 2016 a 2019. Houve, também, esforço conjunto das equipes técnicas do Cebraspe e da Fundação Universidade de Brasília (FUB), primeira interveniente do CG, para definir ações a serem inseridas no referido termo aditivo.

Em atendimento às solicitações da FUB e do Inep, o Cebraspe elaborou e encaminhou ao Ministério da Educação (MEC) a proposta do 1º Termo Aditivo, a qual manteve as alterações no conteúdo do CG nº 001/2014. Essas alterações foram conjuntamente estabelecidas em 2015, com o intuito de readequar as obrigações contraídas pelas partes e aprimorar as atividades relacionadas ao objeto contratual. Considerou-se, nesse caso, a mudança contextual ocorrida desde a assinatura do CG. Foi mantido também o [quadro de indicadores e metas de desempenho](#), elaborado ainda em 2015 pelas equipes técnicas do Inep e do Cebraspe, para mensurar o atingimento dos objetivos estratégicos do CG.

Como resultado da negociação entre as equipes técnicas das três instituições, foram elaborados e inseridos na proposta um [plano de ação](#) para as atividades da FUB e outro para as do Inep. As atividades da FUB foram agrupadas de acordo com

os seguintes eixos temáticos: *i)* Programa de Avaliação Seriada (PAS); *ii)* Avaliação de aprendizagem por meio da Teoria de Resposta ao Item (TRI) e da ferramenta Computerized Adaptive Testing (CAT); *iii)* Capacitação e certificação: certificação de habilidades específicas (HE) e capacitação de docentes da UnB para elaboração de itens de provas; *iv)* Apoio logístico e tecnológico: execução do Programa Idiomas sem Fronteiras da UnB (TOEFL); e *v)* Projeto de inovação: criação de um ambiente virtual para publicações de *e-books* de professores da UnB, acompanhados de ferramenta de autoavaliação de apreensão de conhecimentos pelo leitor.

Já o [plano de ação](#) referente às atividades do Inep foi elaborado sob a orientação do eixo temático [proposição de inovações em matrizes de avaliações educacionais e certificações](#) e composto pelas seguintes ações: *i)* realização de estudos estratégicos; *ii)* inovação em matrizes de avaliação dos eventos Saeb (Ana, Aneb e Anresc), Enem e Encceja; *iii)* análise das metodologias existentes para elaboração e revisão de itens; *iv)* proposição de metodologias para elaboração e revisão de itens; *v)* estudo acerca dos processos de validação de itens; *vi)* criação de ambiente virtual de aprendizagem para a capacitação de elaboradores e revisores de itens de avaliação e certificação; e *vii)* elaboração e revisão de itens.

Ressalte-se que o [plano de ação](#) foi organizado para que todas as ações atendessem aos objetivos estratégicos do Cebraspe e contemplassem ao menos um dos eixos dos

seis macroprocessos definidos para a organização: *i)* operações logísticas; *ii)* desenvolvimento de competências; *iii)* processos acadêmicos; *iv)* desenvolvimento de soluções e inovações em processos acadêmicos; *v)* desenvolvimento de soluções e inovações em TIC; e *vi)* gestão.

Apesar de todos os esforços envidados em 2016, a celebração do 1º Termo Aditivo ao CG nº 001/2014 não se concretizou.

Com o intuito de desenvolver a excelência em sua gestão e aperfeiçoar-se constantemente, de forma a acompanhar as mudanças globais, o Cebraspe desenvolveu, em 2016, o Plano de Melhoria da Gestão (PMG), que compreende um conjunto de planos de ação com iniciativas específicas voltadas à implantação de práticas que visem à sistematização dos processos gerenciais, com o objetivo de conquista de maturidade na gestão pelo centro. As iniciativas propostas em cada plano de ação do PMG foram alinhadas aos critérios de excelência propostos pelo Modelo de Excelência da Gestão (MEG) e definidas após o resultado do processo de [autoavaliação assistida](#) (AAA) realizado pela Fundação Nacional da Qualidade (FNQ) em 2015. Ao final de 2016, pelo segundo ano consecutivo, o Cebraspe submeteu-se à AAA e obteve resultado satisfatório, o que demonstra o alcance dos objetivos traçados.

Consolidaram-se também, em 2016, iniciativas que começaram no ano anterior e são pilares do processo de estruturação da organização social: *i)* entrada em operação

do SAP (sistema que passou a gerir, de modo integrado, as atividades de compra, almoxarifado, contabilidade, finanças e controladoria); e *ii)* implantação de novas áreas definidas na estrutura organizacional aprovada pelo Conselho de Administração em 2015, como a de Auditoria Interna (unidade de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, desenvolver ações preventivas e prestar apoio ao diretor-geral, com base nos princípios de legalidade, moralidade, impessoalidade e probidade administrativa).

Em relação à gestão de pessoas, 2016 foi marcado pela implantação: do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR); da Avaliação de Desempenho (AD), da Pesquisa de Clima Organizacional e da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa). Adicionalmente, com o objetivo de promover reflexões sobre qualidade de vida e integrar os colaboradores do Cebraspe, foi realizada a 1ª Semana de Qualidade de Vida e de Prevenção de Acidentes de Trabalho.

Este relatório apresenta as atividades desenvolvidas para viabilizar a assinatura do 1º Termo Aditivo ao CG e as ações de gestão administrativa do centro consideradas relevantes. Ademais, são apresentadas as informações financeiras que contêm o resultado do exercício de 2016, bem como o relatório dos auditores independentes. O objetivo principal do relatório é prestar contas das ações vinculadas ao CG em 2016 e subsidiar a Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão em sua reunião de avaliação anual da organização social.

Paulo Henrique Portela de Carvalho
Diretor-Geral

Maria Osmarina do Espírito Santo Oliveira
Diretora Executiva

1 Identificação e atributos do Cebraspe

Identificação e atributos do Cebraspe

1.1 Identificação

Denominação completa

Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos

Natureza jurídica

Associação civil sem fins lucrativos, qualificada como organização social

Denominação abreviada

Cebraspe

CNPJ

18.284.407/0001-53

Telefones

(55 61) 2109-0100 / (55 61) 2109-0110

FAX

(55 61) 2109-5919

Endereço eletrônico

sac@cebraspe.org.br

Página na internet

www.cebraspe.org.br

Endereço postal

Campus Universitário Darcy Ribeiro
Edifício-Sede do Cebraspe
Asa Norte – Brasília – DF
CEP 70904-970

1.2 Finalidade e competência

O Cebraspe, de acordo com o art. 5º do capítulo II de seu estatuto, tem por finalidade precípua fomentar o ensino, a pesquisa científica, o desenvolvimento tecnológico e o desenvolvimento institucional por meio das seguintes ações:

- | | |
|---|--|
| I. promoção e realização de estudos e pesquisas nas áreas de ensino, de desenvolvimento tecnológico e de políticas públicas; | III. realização de estudos e pesquisas, desenvolvimento de novas tecnologias e produção de informações e conhecimentos técnicos e científicos relacionados à sua finalidade; |
| II. promoção e realização de programas e projetos científicos, tecnológicos, de inovação e de formação de pessoas na área de avaliação e seleção; | IV. desenvolvimento, na área de avaliação e seleção, de atividades de suporte técnico e logístico a instituições públicas e privadas; |

V. prestação de serviços relacionados à sua finalidade, especialmente a realização de concursos públicos, processos de seleção, exames, avaliações, certificações, creditações e correlatos; e

VI. fomento das atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária.

Para atender seus objetivos estatutários e cumprir sua finalidade, o Cebraspe teve suas atividades agrupadas em seis áreas de atuação social.

I. Avaliações educacionais

IV. Seleções

II. Cursos de formação e de capacitação

V. Pesquisa em avaliação

III. Certificações

VI. Provas realizadas em computadores

1.3 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da organização

- Ata da Assembleia de Constituição do Cebraspe – Registrada sob o número 000082416 no Cartório do 2º Ofício de Registros de Pessoas Jurídicas de Brasília em 13 de maio de 2013.
- Decreto nº 8.078/2013 – Qualifica o Cebraspe como Organização Social.
- Estatuto do Cebraspe (alteração) Aprovada pelo Conselho de Administração (Ata de Reunião Ordinária realizada em 4 de junho de 2014), registrada sob o nº 000087661 em 16 de junho de 2014 no 2º Ofício de Registro de Pessoas Jurídicas de Brasília.
- Estatuto do Cebraspe – Registrado sob o número 000082415 no Cartório do 2º Ofício de Registros de Pessoas Jurídicas de Brasília em 13 de maio de 2013.

1.4 Publicações relacionadas às atividades da organização

- Estatuto do Cebraspe – Aprovado na Primeira Assembleia Geral de 2013, realizada em 18 de dezembro de 2013.
- Regimento Interno – Aprovado pelo Conselho de Administração em sua 2ª reunião, realizada em 10 de janeiro de 2014.
- Regulamento de Gestão de Pessoas – Aprovado pelo Conselho de Administração em sua 3ª reunião, realizada em 17 de janeiro de 2014.
- Regulamento de Compras e Contratações – Aprovado pelo Conselho de Administração em sua 4ª reunião, realizada em 24 de janeiro de 2014.
- Contrato de Gestão – Assinado em 17 de março de 2014 e publicado no Diário Oficial da União de 18 de março de 2014, seção 3, página 26.
- Demonstrações financeiras, notas explicativas e parecer da Auditoria Externa Independente – Referentes ao ano de 2014, publicados no Diário Oficial da União de 16 de abril de 2015, seção 3, páginas 144 a 146.
- Relatório de Gestão de 2014 – Aprovado pelo Conselho de Administração em sua 15ª reunião, realizada em 27 de março de 2015, e pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação em 21 de setembro de 2015, conforme Despacho nº 3/2015/Sesu/MEC.
- Relatório do Contrato de Gestão de 2015 – Aprovado pelo Conselho de Administração em sua 24ª reunião, realizada em 26 de fevereiro de 2016.
- Demonstrações financeiras, notas explicativas e parecer da Auditoria Externa Independente – Referentes ao ano de 2015, publicados no Diário Oficial da União de 15 de março de 2016, seção 3, páginas 144 a 147.
- Plano Estratégico para o Período de 2016-2019 – Aprovado pelo Conselho de Administração em sua 25ª reunião, realizada em 30 de março de 2016.
- Relatório de Gestão de 2015 – Aprovado pelo Conselho de Administração em sua 26ª reunião, realizada em 4 de maio de 2016.
- Proposta de Orçamento do Cebraspe para 2016 – Aprovada pelo Conselho de Administração em sua 26ª reunião, realizada em 4 de maio de 2016.
- Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) – Aprovado pelo Conselho de Administração em sua 27ª reunião, realizada em 6 de maio de 2016.
- Política de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas (PCDP) – Aprovada pela Resolução do Diretor-Geral nº 11/2016.
- Programa de Avaliação de Desempenho de Pessoas (PADP) – Aprovado pela Resolução do Diretor-Geral nº 12/2016.
- Metodologia de Gestão de Desenvolvimento de Sistemas de Informação (MDS) – Aprovada pela Resolução do Diretor-Geral nº 13/2016.

1.5 Breve histórico

A parceria entre o poder público e as organizações sociais tem se mostrado eficaz, eficiente e efetiva para a prestação de serviços em várias áreas estratégicas, tanto pela possibilidade de atender, de forma ágil e desburocratizada, as demandas da sociedade quanto pelo dever de observar os princípios constitucionais de impessoalidade, isonomia, publicidade, economicidade e eficiência que regem a Administração Pública. Com base em sua vocação e no modelo de gestão mencionado, foi criado o Cebraspe, a fim de: *i)* estabelecer ação conjunta com o poder público no desenvolvimento de atividades relacionadas a sistemas de avaliação educacional e seleções e *ii)* garantir estrutura jurídica e administrativa para, de acordo com os preceitos contidos no art. 22 da Lei nº 9.637/1998 e em observância ao princípio da continuidade do serviço público, manter os serviços e as atividades até então sob a responsabilidade do Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília (Cespe-UnB), centro de custo da Fundação Universidade de Brasília (FUB) criado em 1993.

Nesse contexto, o Cebraspe foi qualificado como organização social pela Presidente da República, por meio do Decreto nº 8.078,

de 19 de agosto de 2013, com o objetivo de realizar atividades de gestão de programas, projetos e apoio técnico e logístico para subsidiar sistemas de avaliação educacional. No início de 2014, foi firmado Contrato de Gestão com o Ministério da Educação (MEC), com a interveniência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e da FUB, para atender ao objetivo estabelecido no referido decreto.

Associação civil sem fins lucrativos sediada em Brasília, o Cebraspe estabeleceu em seu estatuto como objetivos, além da prestação de serviços relacionados a sua finalidade, o fomento e a promoção: *i)* nas áreas de ensino, desenvolvimento tecnológico e políticas públicas; *ii)* de programas e projetos científicos na área de avaliação e seleção; *iii)* de estudos e pesquisas para o desenvolvimento de conhecimentos técnicos e científicos relacionados a sua área; *iv)* de atividade de suporte técnico e logístico na área de avaliação e seleção; e *v)* de atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária.

A cláusula segunda do Contrato de Gestão apresenta ainda os seguintes objetivos estratégicos:

- I. estruturar e fortalecer, institucionalmente, o Cebraspe, para garantir o ambiente organizacional necessário à realização eficiente das grandes avaliações e seleções nacionais;
- II. executar avaliações nas áreas de ensino e desenvolvimento institucional que possa subsidiar estudos, pesquisas e seleções;

- III. executar, nas áreas de avaliação e seleção, projetos científicos e tecnológicos e programas de inovação e de formação de pessoas; e
- IV. desenvolver novas tecnologias e produzir informações e conhecimentos técnicos e científicos relacionados ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e institucional nas áreas de avaliação e seleção.

Ressaltem-se também as diretrizes estratégicas do órgão supervisor, listadas a seguir, consideradas pelo Cebraspe para nortear as atividades a serem desenvolvidas no âmbito do Contrato de Gestão:

I. agir com eficiência, eficácia e efetividade no alcance da excelência em avaliação e seleção;	voltadas a temas científicos e tecnológicos de interesse da sociedade brasileira, relacionadas com avaliação, informação e pesquisa educacional;
II. atuar como centro de referência de tendências e oportunidades em gestão de programas e projetos, com apoio logístico, em seleção e avaliação;	VII. promover o desenvolvimento de tecnologias aplicáveis ao planejamento, logístico e de monitoramento, relacionado à área de seleção e avaliação;
III. desenvolver e executar atividades de suporte técnico e logístico às instituições públicas e privadas na área de avaliação e seleção;	VIII. instituir um centro de excelência em avaliação e seleção, com marcante participação de pesquisadores nacionais e internacionais;
IV. apoiar a expansão, a integração, a modernização e a consolidação da gestão estratégica do Sistema Nacional de Avaliação, Informação e Pesquisa Educacional;	IX. manter permanente articulação com as secretarias do Ministério da Educação na definição e no desenvolvimento das ações do Contrato de Gestão;
V. fortalecer a colaboração com entidades congêneres nacionais e internacionais envolvidas com as áreas de sua competência;	X. promover estudos e pesquisas nas áreas de ensino, desenvolvimento tecnológico, avaliação e seleção e de políticas públicas;
VI. gerar subsídios para a elaboração de agendas de pesquisa, embasadas em visões de futuro,	XI. realizar atividades de pesquisa científica e tecnológica, fomentando projetos de extensão.

Em relação a localização e infraestrutura, o Cebraspe funciona hoje no mesmo local em que se situava o CespeUnB, no *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, e utiliza as mesmas instalações, bens móveis e imóveis, acervo técnico (incluindo os atestados de capacidade técnica), sistemas tecnológicos desenvolvidos, domínios de internet, direitos autorais referentes a provas elaboradas, arquivos com cadastros de colaboradores e de participantes etc.

Essa utilização está respaldada legalmente, em contrato de cessão onerosa firmado entre o Cebraspe e a FUB, cujo objeto é a cessão total, temporária, exclusiva, de ati-

vos materiais e imateriais e de direitos de propriedade intelectual de titularidade da cedente, conforme previsto nos arts. II e III da cláusula quarta do Contrato de Gestão.

O papel do Cebraspe é apoiar, sempre no âmbito de sua atuação, o poder público e suas instituições no atingimento de metas estabelecidas em políticas públicas de educação. O Cebraspe pretende, assim, contribuir para fortalecer a excelência na ação do poder público e não tem intuito de substituir quaisquer de suas instituições. O propósito da organização é constituir-se em exemplo exitoso de parceria público-privada.

1.6 Ambiente de atuação

1.6.1 Avaliações educacionais

A partir de sua entrada em plena operação, em 2014, o Cebraspe passou a desempenhar as atividades que, desde 2000, o CespeUnB executava em parceria com o Inep na avaliação de programas e sistemas educacionais. Entre os trabalhos produzidos por essa parceria, destacam-se a realização: *i*) do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), desde 2006; *ii*) do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), de 2004 a 2008; *iii*) do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira (Revalida), de 2011, 1ª edição, até o momento; e *iv*) da Avaliação da Educação Básica (Saeb), desde 2005. Todos esses eventos são desenvolvidos pelo MEC sob a coordenação do Inep.

Além de ter atuado nas referidas avaliações, coordenadas pelo Inep, o centro participou, de 2012 a 2016, em avaliações educacionais dos ensinos fundamental e médio de vários estados do Brasil, realizadas em parceria com as respectivas secretarias de educação. Sistemas de ensino da rede privada e de alguns cursos profissionalizantes também contaram com os serviços de avaliação do Cebraspe, como o das Escolas Americanas e o do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

1.6.2 Cursos de formação e de capacitação

A formação e a capacitação continuada de pessoas, de forma a estimular a inovação e a transformação, são ingredientes essenciais para o sucesso de uma organização. Convicto disso, o Cebraspe planeja e executa, além de capacitações voltadas para os seus colaboradores eventuais e empregados, cursos de formação, capacitação e ambientação, com o intuito de preparar os participantes aprovados em processos de seleção para as novas atividades que irão desempenhar. O centro conta com equipe especializada na logística, na produção de material didático e no planejamento e realização desses cursos.

1.6.3 Certificações

As certificações são processos de avaliação que mensuram a capacidade do avaliado em áreas específicas. Nos últimos anos, esses processos foram utilizados por instituições como Banco do Brasil e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Além disso, são certificados, semestralmente, por meio de provas de habilidade específica, candidatos a ingressar nos cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo, Artes Cênicas, *Design*, Música e Artes Plásticas da Universidade de Brasília (UnB).

1.6.4 Seleções

As seleções organizadas pelo Cebraspe são reconhecidas pelo seu alto nível de seriedade e de excelência acadêmica, pela qualidade gráfica do material de aplicação e pelos rigorosos procedimentos de logística e de segurança. O processo de execução das seleções vai da formulação de editais até a publicação dos resultados finais, passando pela inscrição (via internet) de participantes e pela elaboração, aplicação e correção das provas. Em todos os processos seletivos, o Cebraspe oferece assessoria

técnica para atender eventuais demandas administrativas e/ou judiciais relacionadas aos certames. Nos processos de seleção que realiza, tanto para organizações públicas quanto para privadas, o centro objetiva selecionar os profissionais qualificados mais adequados ao perfil exigido para o exercício do cargo.

1.6.5 Pesquisa em avaliação

O Cebraspe preocupa-se com a melhoria do ensino brasileiro, notadamente no Distrito Federal e na UnB, instituição para a qual realiza avaliações e seleções regularmente, com destaque para o vestibular e para o Programa de Avaliação Seriada (PAS). Além disso, a Diretoria de Instrumentos de Avaliação, Certificação e Seleção e a Coordenação de Ensino, Pesquisa e Estudos Avançados do Cebraspe realizam, sob demanda da UnB, estudos e investigações com base em dados obtidos em processos avaliativos da universidade, como é o caso dos testes de proficiência em língua inglesa e espanhola. Atualmente, os estudantes da UnB podem ter créditos concedidos em Inglês Instrumental I e II mediante a realização de prova que utiliza o Computerized Adaptive Testing (CAT), fundamentado na Teoria de Resposta ao Item (TRI). Uma análise dos resultados estatísticos da proficiência orienta a elaboração de itens, de modo a criar testes que melhor utilizem o potencial desse sistema eletrônico de avaliação.

A Coordenação de Ensino, Pesquisa e Estudos Avançados atua na certificação de cursos e de profissionais de empresas, buscando, por meio de análises estatísticas dos resultados, constante aperfeiçoamento e adequação das técnicas de elaboração dos instrumentos de avaliação, seleção e certificação.

Em 2016, o Cebraspe, na qualidade de organização social, deu um passo importante na conquista de sua finalidade precípua ao fomentar e promover o ensino e a pesquisa científica em avaliação, seleção e certificação mediante o lançamento de seu primeiro edital de chamada de projetos de pesquisa e de desenvolvimento científico e tecnológico focado em sua área de atuação.

1.6.6 Provas realizadas em computadores

Com o propósito de obter excelência em cada trabalho que realiza, o Cebraspe busca constantemente o aperfeiçoamento das tecnologias de que faz uso. Para isso, desenvolveu um sistema computacional que, servindo-se do modelo CAT, permite a aplicação de provas em computadores. O método CAT calcula a proficiência do participante, de forma dinâmica e adaptativa, por meio da TRI. Atualmente, está sendo estruturado em uma plataforma que possibilitará sua utilização em avaliações de larga escala.

Todas as atividades realizadas pelo Cebraspe estão direta ou indiretamente relacionadas ao objeto do Contrato de Gestão firmado entre o centro e o MEC, contratos cujos intervenientes são a FUB e o Inep. Assim, mesmo quando tais atividades não integram processos de avaliação educacional, funcionam como laboratórios para o desenvolvimento de tecnologias e metodologias que repercutem diretamente nesses processos.

1.7 Organograma

Em 2016, foi implementada no Cebraspe a nova estrutura organizacional, de modo a propiciar agilidade nos processos decisórios da alta administração, descentralização da gestão e maior autonomia para tomada de decisões nas linhas intermediárias. A reestruturação das áreas dentro da instituição tem permitido que os trabalhos sejam otimizados, garantindo-se maior eficiência na persecução dos objetivos do centro.

A seguir, apresenta-se o organograma da alta administração do Cebraspe (figura 1), composta por Conselho de Administração, Diretoria-Geral, Diretoria Executiva e diretorias técnicas, conforme especificado nos arts. 13, 19, 20 e 21 do Regimento Interno do Cebraspe.

Figura 1 – Organograma da alta administração na nova estrutura organizacional



Nas figuras 2, 3, 4, 5 e 6 são apresentados, respectivamente, os organogramas das cinco diretorias do Cebraspe, acompanhados dos quadros 1, 2, 3, 4 e 5 com a descrição das atribuições dos setores componentes dessas diretorias.

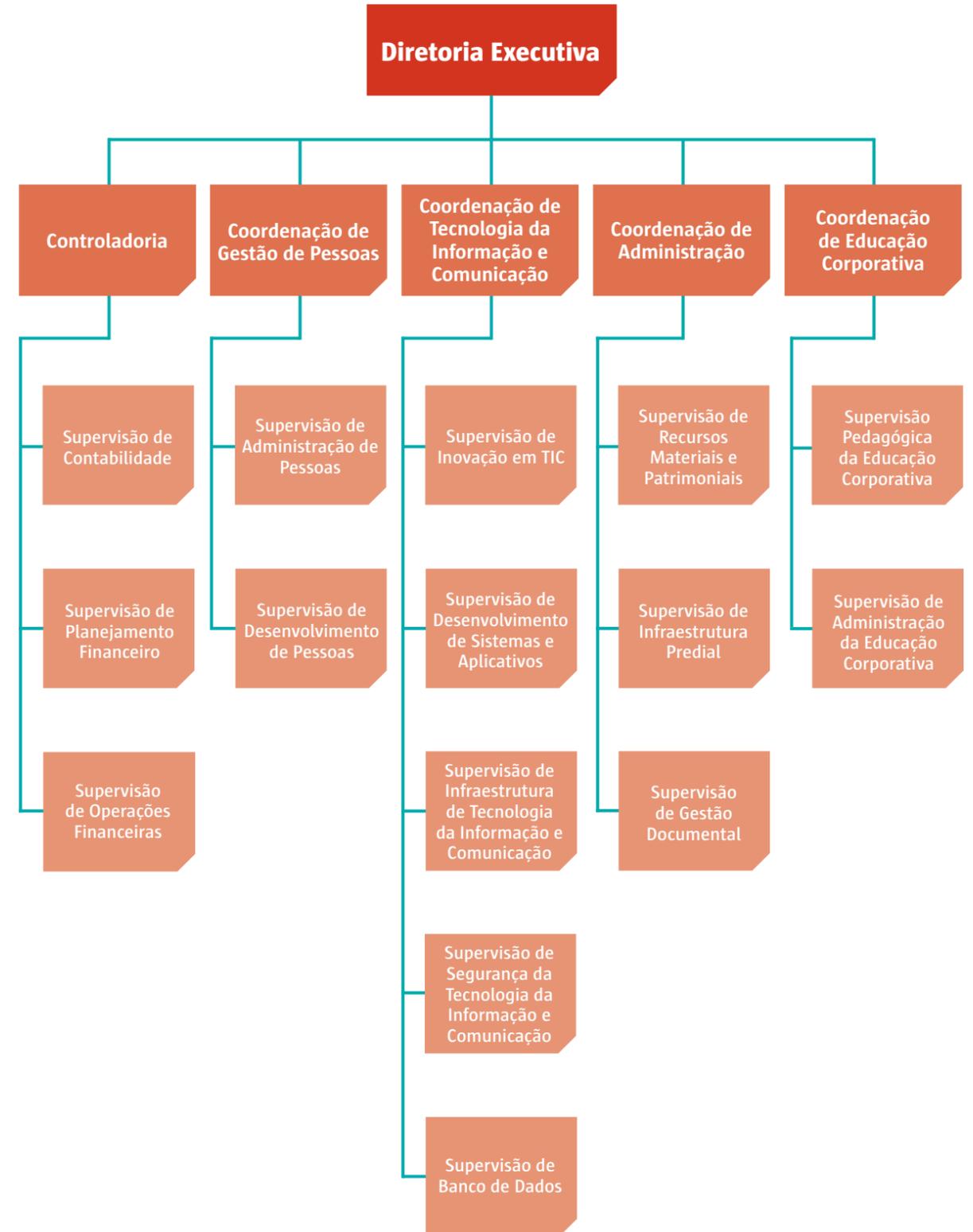
Figura 2 – Organograma da Diretoria-Geral



Quadro 1 – Descrição das atribuições dos setores da Diretoria-Geral

Escritório de Gestão	<p>Gerir estratégias e monitorar projetos internos.</p> <p>Gerir processos.</p> <p>Gerir estruturação da gestão do conhecimento do Cebraspe.</p> <p>Gerenciar e controlar normativos.</p> <p>Realizar prestação de contas relacionadas à gestão.</p> <p>Promover avaliação e melhoria da gestão do Cebraspe.</p>
Coordenação de Ensino, Pesquisa e Estudos Avançados	<p>Produzir informações com base em dados dos eventos.</p> <p>Desenvolver estudos estratégicos.</p> <p>Interagir com a comunidade, para obter informações a respeito das avaliações.</p> <p>Fomentar o desenvolvimento de estudos e pesquisas referentes aos vários tipos de avaliações, certificações e seleções.</p> <p>Promover cursos de pós-graduação.</p>
Auditoria Interna	<p>Gerir auditoria de <i>compliance</i>, de gestão, operacional e contábil da organização.</p> <p>Apoiar auditoria externa.</p> <p>Gerir riscos corporativos.</p> <p>Garantir o cumprimento da legislação e das normas internas.</p>
Coordenação Jurídica	<p>Gerir processos judiciais.</p> <p>Gerir processos administrativos.</p> <p>Emitir pareceres jurídicos.</p>
Supervisão Editorial	<p>Elaborar e executar projetos editoriais.</p> <p>Atender a demandas internas de editoração.</p>
Assessoria de Comunicação	<p>Gerir comunicação externa.</p> <p>Gerir comunicação interna.</p> <p>Gerir identidade visual da organização.</p>

Figura 3 – Organograma da Diretoria Executiva



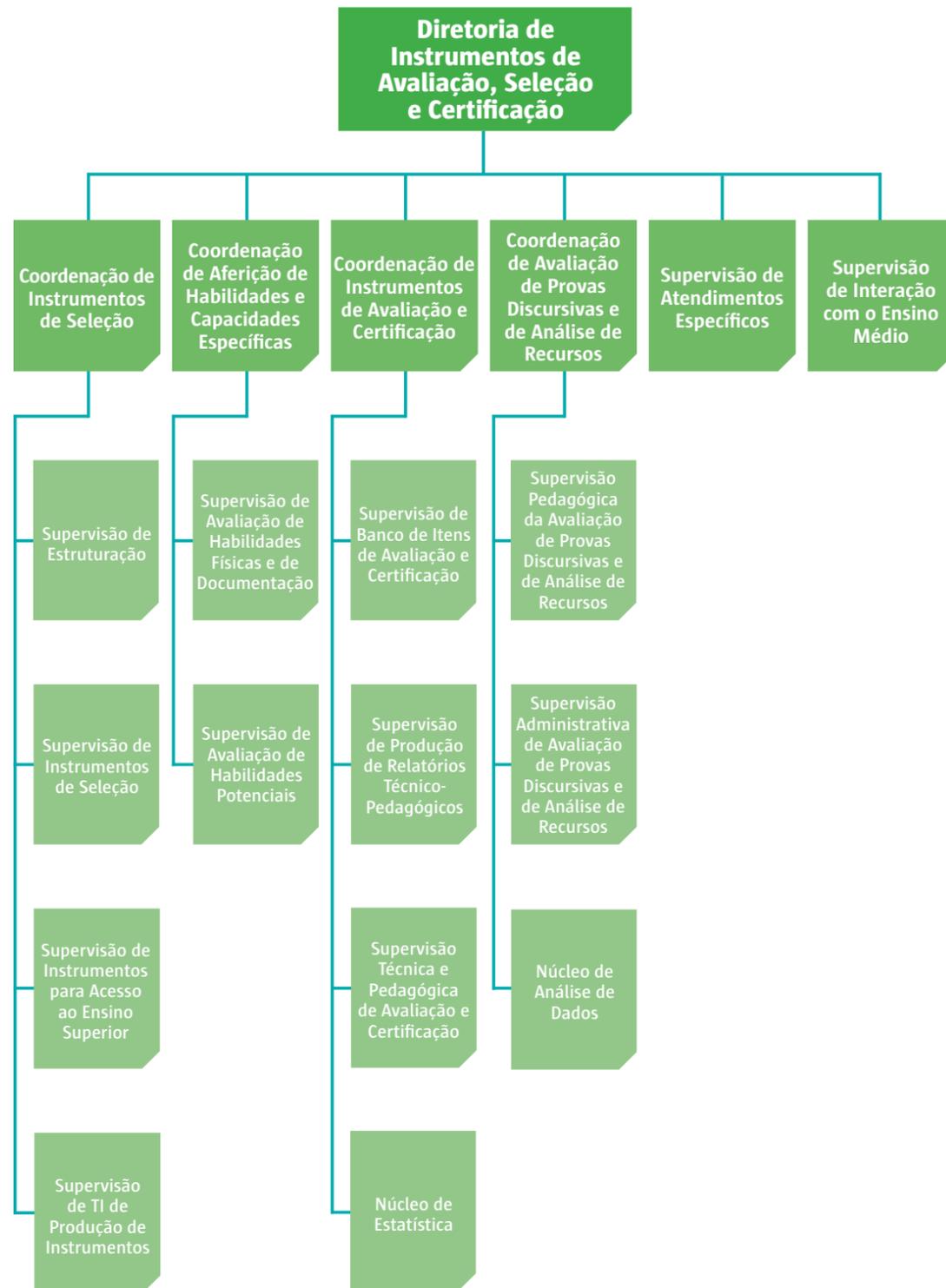
Quadro 2 – Descrição das atribuições da Controladoria e das coordenações da Diretoria Executiva

Controladoria	Realizar gestão financeira. Gerir controladoria. Gerir orçamento. Realizar gestão contábil. Realizar análises de viabilidade financeira. Gerir formação de preço.
Coordenação de Gestão de Pessoas	Movimentar colaboradores. Recrutar e selecionar colaboradores. Administrar pessoas. Promover qualidade de vida. Gerir Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração. Gerir <i>marketing</i> interno.
Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação	Gerenciar a inovação em TIC. Desenvolver e manter sistemas. Gerir segurança da informação. Gerir infraestrutura de TIC. Gerir banco de dados. Oferecer suporte tecnológico aos eventos.
Coordenação de Administração	Gerir compras e contratações. Gerir infraestrutura predial. Gerir patrimônio. Gerir serviços administrativos de apoio. Realizar gestão documental.
Coordenação de Educação Corporativa	Planejar e executar capacitações para colaboradores efetivos. Planejar e executar capacitações para colaboradores eventuais. Realizar cursos de formação e ambientação.

Figura 4 – Organograma da Diretoria de Contratação e Gestão de Eventos**Quadro 3 – Descrição das atribuições dos setores da Diretoria de Contratação e Gestão de Eventos**

Coordenação de Negócios	Prospectar novos eventos. Negociar eventos. Divulgar eventos. Divulgar resultados. Desenvolver e gerir plano de <i>marketing</i> . Realizar monitoramento de mercado. Fornecer diretrizes para a definição da estratégia de vendas. Desenvolver estratégias de relacionamento com os principais <i>stakeholders</i> . Gerir o portfólio de serviços.
Coordenação de Planejamento e Controle de Eventos	Planejar eventos. Monitorar eventos. Relacionar-se com clientes. Gerir processos administrativos e judiciais de eventos. Encerrar eventos. Gerir portfólios de eventos.
Central de Atendimento ao Candidato	Relacionar-se com participantes. Gerenciar requerimento administrativo.

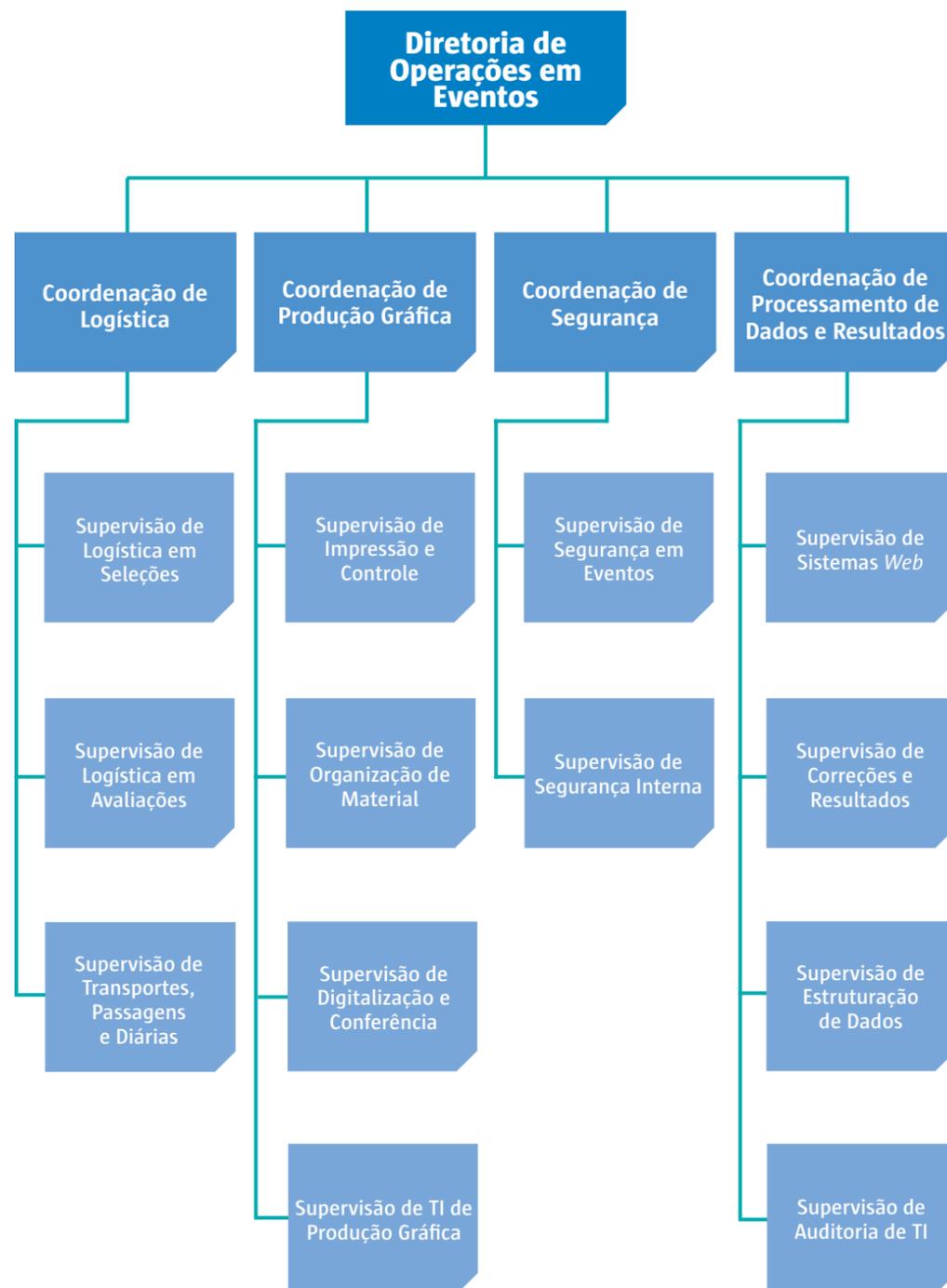
Figura 5 – Organograma da Diretoria de Instrumentos de Avaliação, Seleção e Certificação



Quadro 4 – Descrição das atribuições dos setores ligados à Diretoria de Instrumentos de Avaliação, Seleção e Certificação

Coordenação de Instrumentos de Seleção	<p>Preparar instrumentos de seleção.</p> <p>Estruturar provas e objetos de avaliação.</p> <p>Contratar e capacitar equipes para elaboração e correção de provas.</p>
Coordenação de Aferição de Habilidades e Capacidades Específicas	<p>Aplicar exames médicos, testes de atividades físicas, avaliação psicológica, prova oral, prova de habilidades específicas da UnB, provas práticas em geral.</p> <p>Analisar títulos, documentações, vida pregressa, pedido de isenção de taxa, solicitação de cotas para negros e perícia médica dos candidatos.</p> <p>Promover inovações e aprimoramento na aferição de habilidades e capacidades específicas.</p>
Coordenação de Instrumentos de Avaliação e Certificação	<p>Preparar instrumentos de avaliação e certificação.</p> <p>Contratar e capacitar equipes para elaboração e correção de itens de avaliações e certificações.</p> <p>Realizar análises estatísticas das avaliações.</p>
Coordenação de Avaliação de Provas Discursivas e de Análise de Recursos	<p>Realizar o acompanhamento da correção das provas discursivas.</p> <p>Contratar e capacitar bancas avaliadoras.</p> <p>Desenvolver indicadores de desempenho de colaboradores externos.</p> <p>Auditar os resultados de eventos.</p>
Supervisão de Atendimentos Específicos	<p>Avaliar demandas de atendimentos específicos para portadores de necessidades especiais.</p> <p>Dar encaminhamento às demandas de atendimentos específicos aos setores responsáveis do Cebraspe.</p> <p>Promover inovações e aprimoramento nos atendimentos específicos.</p>
Supervisão de Interação com o Ensino Médio	<p>Cadastrar escolas no Programa de Avaliação Seriada (PAS).</p> <p>Divulgar as orientações fundamentais do PAS.</p> <p>Orientar escolas sobre o processo de homologação de inscrições do PAS.</p> <p>Revisar e atualizar a Matriz de Referência do PAS.</p> <p>Promover a formação continuada da comunidade de interesse no PAS.</p> <p>Realizar e aperfeiçoar a interação com <i>stakeholders</i> do PAS, buscando melhorias nos processos do evento.</p>

Figura 6 – Organograma da Diretoria de Operações em Eventos



Quadro 5 – Descrição das atribuições dos setores ligados à Diretoria de Operações em Eventos

Coordenação de Logística	<p>Contratar espaços e fazer a distribuição de participantes.</p> <p>Preparar infraestrutura de aplicação.</p> <p>Contratar e capacitar equipes.</p> <p>Aplicar etapas de eventos.</p> <p>Retornar material de aplicação.</p> <p>Fazer a manutenção de veículos.</p> <p>Gerir rotas e utilização de veículos.</p>
Coordenação de Produção Gráfica	<p>Produzir, montar e enviar material de aplicação para eventos.</p> <p>Gerir serviços gráficos e administrativos.</p>
Coordenação de Segurança	<p>Gerir segurança em eventos.</p> <p>Gerir a segurança do Cebraspe.</p>
Coordenação de Processamento de Dados e Resultados	<p>Processar inscrições em eventos.</p> <p>Processar resultados de eventos.</p> <p>Realizar atividades de controle e acompanhamento de eventos.</p>

1.8 Identificação dos macroprocessos finalísticos

Com base na definição de cadeia de valor, as atividades do Cebraspe foram organizadas em dez macroprocessos finalísticos (quadro 6), quatro processos de gestão e oito processos de suporte. A organização apresentada conforme macroprocessos permite melhor visualização do fluxo de atividades, informações, produtos e serviços, bem como facilita o entendimento dos limites dos processos, seus inter-relacionamentos e suas entregas de valor para a sociedade.

A seguir são apresentados os macroprocessos finalísticos do Cebraspe e a missão e processos a eles relacionados.

Quadro 6 – Macroprocessos finalísticos do Cebraspe

Macroprocesso	Missão	Processos
Prospectar e negociar evento	Captar clientes, negociar e fechar contratos de eventos, proporcionando a sustentabilidade do Cebraspe.	Prospectar novos eventos. Negociar evento.
Planejar eventos	Realizar o planejamento do evento, com o intuito de garantir sua execução eficaz, eficiente e dentro do prazo, e, conseqüentemente, a satisfação do cliente.	Planejar evento.
Realizar pré-aplicação de eventos	Divulgar o evento nos meios de comunicação, captar participantes e distribuí-los nos locais de aplicação, preparar os locais e todos os recursos necessários, bem como os instrumentos de seleção, de avaliação e certificação e de capacitação das equipes aplicadoras.	Divulgar evento. Processar inscrições. Contratar espaços e distribuir participantes. Preparar infraestrutura de aplicação. Preparar instrumentos de capacitação e avaliação. Produzir, preparar e enviar material de aplicação. Contratar e capacitar equipes.
Realizar aplicação de evento	Aplicar as etapas seguindo o escopo definido no planejamento do evento.	Aplicar as etapas.
Realizar pós-aplicação de evento	Retornar todos os materiais de aplicação, em segurança, com vistas a garantir que a aplicação dos eventos ocorra de forma isonômica, que as avaliações permitam um diagnóstico fiel dos participantes e que os melhores sejam selecionados para as vagas.	Retornar o material de aplicação.

Macroprocesso	Missão	Processos
Monitorar e controlar evento	Monitorar o evento em relação ao cumprimento de requisitos e prazos, aos riscos e aos recursos utilizados. Propor planos de ação e realizar todo o suporte para sua execução – o que inclui atendimento aos participantes, relacionamento com clientes institucionais, segurança, processamento de recursos administrativos e acadêmicos e defesa judicial do Cebraspe –, com o intuito de garantir a qualidade dos eventos e a satisfação dos clientes.	Monitorar eventos. Realizar relacionamento com participantes. Realizar relacionamento com clientes. Gerir segurança. Processar recursos administrativos e judiciais de eventos.
Gerar resultado e informações de evento	Garantir que o processamento gere resultados confiáveis e em tempo hábil de provas teóricas, práticas, de títulos e avaliações, para a divulgação dos resultados dentro do prazo.	Processar resultados. Divulgar resultados.
Desenvolver atividade de ensino	Criar cursos de especialização para a formação continuada de profissionais em avaliação educacional.	Promover cursos de pós-graduação.
Fomentar pesquisas científicas em avaliação, certificação e seleção	Apoiar financeiramente projetos de pesquisa e de desenvolvimento científico e tecnológico na área de avaliação educacional.	Desenvolver pesquisas.
Desenvolver estudos avançados	Realizar pesquisas e gerar informações relevantes com base em dados gerados na execução de eventos.	Produzir informações com base em dados de eventos.

2 Atividades do Contrato de Gestão



Atividades do Contrato de Gestão

Diante da divergência entre os pareceres emitidos pela Procuradoria-Geral Federal junto à Fundação Universidade de Brasília (Parecer nº 00020/2015/GPG/PFFUB/PGF/AGU, de 23 de setembro de 2015) e junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Parecer nº 190/2015/PF-Inep/PGF/AGU, de 15 de outubro de 2015), a Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Educação, emitiu, em 6 de novembro de 2015, o Parecer nº 1003/2015/CONJUR-MEC/CGAA/CGU/AGU (fls. 20322042) recomendando “a remessa dos autos à Procuradoria-Geral Federal para que, nos termos da Portaria nº 424, de 16 de julho de 2013, firme orientação jurídica aplicável ao caso”.

Em resposta à solicitação apresentada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Educação, o Departamento de Consultoria da Procuradoria-Geral da União emitiu o Parecer nº 00038/2015/DEPCONSU/PGF/AGU, datado de 16 de dezembro de 2015, no qual apresenta as seguintes conclusões.

1. Ante o exposto, o presente pronunciamento é no sentido de corroborar as conclusões firmadas no Parecer nº 190/2015/PFInep/PGF/AGU, no sentido da necessidade de exclusão de todas as obrigações ou atividades inseridas no Contrato de Gestão que caracterizem interesses contrapostos, representando mera prestação de serviços.
2. Por fim, em vista das razões já declinadas na fundamentação, sugere-se, caso haja anuência do Procurador-Geral Federal, a abertura de expediente próprio por este DEPCONSU/PGF, no qual se desenvolva estudo (8º, inciso IV, alínea c, da Portaria PGF nº 835/2013) voltado a:
 - a) avaliar em que medida os projetos de avaliação educacional desenvolvidos pelo Inep se amoldam a um Contrato de Gestão;
 - b) delimitar a possível participação do Cebraspe em um Contrato de Gestão relacionado a tais projetos, em vista do objeto constante de seu estatuto; e
 - c) havendo a possibilidade, apontar quais seriam as balizas a serem observadas na confecção do instrumento, de modo a harmonizar a confluência de interesses entre ambos na realização de determinadas atividades e os ditames da Lei nº 8.666/1993.

Para atender à solicitação do Departamento de Consultoria da Procuradoria-Geral da União, foi constituído, por meio da Ordem de Serviço DEPCONSU/PGF nº 5, publicada no Boletim de Serviço AGU nº 1, de 4 de janeiro de 2016, um subgrupo temporário – integrado pelas procuradorias federais junto ao Inep e à FUB, e pelas consultorias jurídicas junto ao Ministério da Educação e ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, esta última na qualidade de convidada –, cujo objeto de trabalho foi discutir os procedimentos e os entendimentos jurídicos relacionados aos projetos de avaliação educacional desenvolvidos pelo Inep. Coube-lhes, especificamente, atender os itens “a”, “b” e “c” da conclusão do Parecer nº 00038/2015/DEPCONSU/PGF/AGU, apresentados anteriormente.

Como resultado do trabalho, o subgrupo temporário emitiu, em 17 de fevereiro de 2016, o Parecer nº 00005/2016/DEPCONSU/PGF/AGU, no qual destaca o exposto a seguir.

Diante da análise dos autos e dos debates presenciais promovidos no âmbito do subgrupo temporário, foi possível sintetizar os pontos de divergência jurídica nos seguintes:

- compreensão sobre os objetivos do Contrato de Gestão – se seria somente subsidiar sistemas de avaliação educacional ou repassar a gestão da avaliação educacional como um todo para o Cebraspe;
- presença de interesses contrapostos no Contrato de Gestão, e sua eventual possibilidade;
- situações em que aplicáveis o contrato administrativo de que trata o art. 24, XXIV, da Lei nº 8.666, de 1993;
- convivência do Contrato de Gestão com contrato(s) administrativo(s) firmado(s) com outra(s) entidade(s);
- possibilidade de subcontratação pela organização social, quanto às atividades inseridas no Contrato de Gestão.”

O referido parecer, fundamentado nos cinco pontos apresentados acima, traz a seguinte conclusão.

- Pelo exposto, entendemos pela possibilidade do repasse da gestão operacional das avaliações educacionais dirigidas à melhoria do ensino do País a uma organização social, no bojo de um Contrato de Gestão, incluindo a possibilidade desse repasse no bojo do Contrato de Gestão nº 01/2014, ainda vigente.
 - Dada a grandeza e complexidade demonstrada nos autos para a gestão operacional de determinadas avaliações educacionais, seria possível admitir que a absorção dessa gestão operacional pelo Cebraspe fosse feita: a) gradualmente, mas com uma perspectiva concreta e prevista claramente no Contrato de Gestão quanto à sua concretização em um período também determinado; b) com exclusão de uma ou outra atividade que o Inep considere de alguma forma abrangida na gestão estratégica da avaliação educacional.
 - Considerando a vigência do Contrato de Gestão nº 01/2014 no momento em que proferida a decisão na ADIN 1923, pelo Supremo Tribunal Federal, seria admissível juridicamente que o órgão competente afastasse, fundamentalmente, a celebração de um novo contrato com prévia convocação pública de outras entidades qualificadas como organizações sociais, ou interessadas nessa qualificação para a execução do objeto do Contrato de Gestão.
 - Registra-se ser recomendável que os órgãos competentes do MEC, sob o assessoramento da respectiva Conjur, avaliem a necessidade de alteração de atos normativos vigentes que regulamentam a operacionalização de avaliações educacionais, para adequá-
- los à eventual decisão administrativa que venha a ser tomada no sentido de repassar sua gestão operacional a uma organização social.
- Concretizado o repasse da gestão operacional da avaliação educacional para uma organização social, orienta-se, desde já, o Inep para que não mantenha contrato administrativo tendo por objeto a execução de determinadas atividades que estejam sob a referida gestão da organização social, salvo se a manutenção de outros contratos administrativos pelo Inep: a) se der para um período determinado necessário para a absorção completa da gestão operacional pela organização social, ou b) se referir a determinada atividade considerada pelo Inep como inserida em sua gestão estratégica.
 - Ausente decisão técnica/política no sentido de repassar a gestão operacional da avaliação educacional para uma organização social, poderá o Inep manter a execução e celebração de novos contratos administrativos, regidos pela Lei nº 8.666, de 1993, para a execução material de uma atividade relacionada com a avaliação educacional, avaliando, nesse caso:
 1. o enquadramento da contratação nas hipóteses admissíveis de dispensa ou inexigibilidade de licitação;
 2. eventual necessidade de parcelamento do objeto do contrato administrativo; e
 3. a previsão prévia e expressa quanto à possibilidade de subcontratação no bojo do contrato administrativo, não admissível no caso de contratação direta fundada na pessoa contratada.

- Quanto à contratação direta de uma determinada empresa pelo Inep, para a execução de atividade relacionada com a avaliação educacional inserida no bojo de sua gestão operacional, recomenda-se que:
 1. seja avaliado eventual interesse da autarquia em alterar judicialmente o entendimento pelo TCU, no julgamento do Acórdão nº 3019/2012-Plenário e do Acórdão TCU nº 2139/2014-Plenário, quando afasta a incidência do enquadramento das avaliações educacionais do Inep no conceito de “ensino”, previsto no art. 24, XIII, da Lei nº 8.666, de 1993;
 2. não seja utilizado o fundamento de dispensa de licitação contido no art. 24, XXIV, da Lei nº 8.666, de 1993, para a contratação direta de organizações sociais visando à execução de atividades que não se relacionem com a avaliação educacional inserida no bojo do Contrato de Gestão respectivo, sem prejuízo de submissão dessa questão para avaliação mais ampla pela Câmara Permanente de Licitações e Contratos do DEPCONSU/PGF;
 3. seja observada a interpretação quanto ao enquadramento no art. 25, II, da Lei nº 8.666, de 1993, feita pelo TCU no julgamento do Acórdão TCU nº 2139/2014-Plenário.

O Parecer nº 00005/2016/DEPCONSU/PGF/AGU foi encaminhado pelo Ministério da Educação às partes interessadas do Contrato de Gestão (CG), para análise e consideração das tratativas, com vistas à renegociação do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão.

Em 2 de junho de 2016, o Cebraspe recebeu o Ofício 0272/2016/REITORIA/GRE, no qual a FUB, na condição de primeira interveniente do CG nº 001/2014, solicita ao Cebraspe a elaboração de proposta de termo aditivo ao referido contrato e o envio desta ao órgão supervisor, conforme cláusula terceira do CG.

Ainda de acordo com o ofício enviado pela FUB, a proposta deveria conter as atividades apresentadas a seguir.

1. Programa de Avaliação Seriada (PAS).
2. Avaliação de aprendizagem com base na Teoria de Resposta ao Item (TRI) e por meio da ferramenta *Computerized Adaptive Testing* (CAT).
3. Certificação de Habilidades Específicas (HE) e capacitação de docentes da UnB para elaboração de itens de provas.
4. Apoio logístico e tecnológico para execução do Programa Idiomas sem Fronteiras da UnB (TOEFL).
5. Projeto de inovação: criação de um ambiente virtual para publicações de *e-books* de professores da UnB.

Na condição de segundo interveniente do CG nº 001/2014, o Inep se manifestou por meio do Ofício GAB/Inep/MEC nº 003244/2016, solicitando ao Cebraspe a elaboração de proposta de termo aditivo ao referido contrato e definindo como eixo temático a Proposição de Inovações em Matrizes de Avaliações Educacionais e Certificações, composta pelas ações relacionadas a seguir.

Ação 1 Realização de estudos estratégicos.

Ação 2 Inovação em matrizes de avaliação dos eventos Saeb (ANA, Aneb e Anresc), Enem e Encceja.

Ação 3 Análise das metodologias para elaboração e revisão de itens.

Ação 4 Proposição de metodologias para elaboração e revisão de itens.

Ação 5 Estudo acerca dos processos de validação de itens.

Ação 6 Criação de ambiente virtual de aprendizagem para a capacitação de elaboradores e revisores de itens de avaliação e certificação.

Ação 7 Elaboração e revisão de itens.

Em atendimento às solicitações dos órgãos intervenientes do CG, o Cebraspe, em 11 de outubro de 2016, encaminhou ao Ministério da Educação o Ofício nº 2.042/2016, no qual apresentava a proposta de termo aditivo.

A referida proposta manteve as alterações no conteúdo do CG nº 001/2014, realizadas em comum acordo entre as partes no ano de 2015, com o intuito de readequar as obrigações contraídas pelas partes e de aprimorar as atividades relacionadas ao objeto contratual, considerando-se a mudança contextual ocorrida desde que o contrato foi firmado.

Foram mantidos também o Quadro de Indicadores e Metas de Desempenho (quadro 1) e as notas explicativas dos indicadores, ambos elaborados em 2015 pelas equipes técnicas do Inep e do Cebraspe para mensurar o atingimento dos objetivos estratégicos do CG.

Quadro 1 – Quadro de indicadores e metas de desempenho

Macroprocesso organizacional	Índice	E	Und.	Peso	Metas		
					2017	2018	2019
1. Operações logísticas	1. Índice de qualidade das operações logísticas	Eficácia	%	3	90	92	95
	2. Índice de segurança das operações logísticas	Eficácia	%	3	100	100	100
	3. Índice de tempestividade das operações logísticas	Eficiência	%	3	90	92	95

Macroprocesso organizacional	Índice	E	Und.	Peso	Metas		
					2017	2018	2019
2. Desenvolvimento de competências	4. Índice de qualidade do desenvolvimento de competências	Eficiência Efetividade	%	2	80	85	90
	5. Índice de qualidade dos processos acadêmicos	Eficiência Eficácia Excelência	%	3	95	96	97
3. Processos acadêmicos	6. Índice de tempestividade dos processos acadêmicos	Eficiência	%	3	90	92	95
	7. Índice de segurança dos processos acadêmicos	Eficácia	%	3	100	100	100
4. Desenvolvimento de soluções e inovações em processos acadêmicos	8. Índice de qualidade e conformidade de desenvolvimento de soluções e inovações em processos acadêmicos	Eficiência Efetividade	%	1	E	E	E
	9. Índice de qualidade do desenvolvimento de soluções e inovação em TIC	Eficácia	%	1	E	E	E
5. Desenvolvimento de soluções e inovação em TIC	10. Índice de tempestividade do desenvolvimento de soluções e inovação em TIC	Eficiência	%	1	E	E	E
	11. Índice de qualidade da gestão	Eficácia Excelência	Pontos	2	200	250	275
6. Gestão	12. Índice de gestão de processos	Excelência	%	2	90	92	95

E – Indicador a ser medido em caráter experimental.

Fonte: Escritório de Gestão.

De acordo com as tratativas prévias mantidas entre as equipes técnicas do Decanato de Ensino de Graduação da Universidade de Brasília (DEG/UnB), do Inep e do Cebraspe, foram elaborados os planos de ação para contemplar as atividades pactuadas com cada um dos intervenientes do CG, conforme apresentado a seguir.

2.1 Ações pactuadas com a FUB

As ações previstas neste plano de ação estão de acordo com o objetivo do Cebraspe de atuar na execução de atividades, programas, projetos e apoio técnico e logístico para subsidiar sistemas de avaliação educacional e foram organizadas segundo os seguintes eixos temáticos:

1. PAS;
2. Avaliação do aprendizado por meio das ferramentas CAT e TRI;
3. Certificação e capacitação;
4. Apoio logístico e tecnológico; e
5. Projetos de inovação.

EIXO TEMÁTICO 1

Programa de Avaliação Seriada (PAS)

Macroprocessos

I. Operações logísticas

III. Processos acadêmicos

Objetivo estratégico

III. Promover a excelência nos processos acadêmicos, no apoio logístico, na formação de competências e no suporte de tecnologia da informação.

Ação 1 – Interação educacional do PAS

O PAS tem como principal objetivo a busca da interação entre o ensino superior praticado na universidade e a educação básica praticada nas escolas públicas e particulares. Tal interação abre espaço para estudantes, professores, diretores de escola, pais, mães, responsáveis e demais integrantes da comunidade escolar atuarem como protagonistas do processo seletivo, por meio de fóruns de discussões. Para cada um desses parceiros, os objetivos dos fóruns são: realizar estudos voltados para a avaliação educacional e os sistemas de acesso ao ensino superior; promover encontros para discutir e melhorar a compreensão sobre o PAS; e oferecer ciclos de palestras informativas e explicativas a pais, mães e responsáveis por estudantes quanto às potencialidades do programa, no contexto dinâmico de um processo de aprendizagem que poderá culminar com o ingresso de seus filhos(as) na UnB. Além disso, as ações relacionadas à interação educacional incluem atuar junto à rede de escolas que ministram o ensino médio; possibilitar a realização de cursos voltados aos interesses dos professores secundários, consolidando a concepção de trabalho conjunto e de apoio; realizar estudos com vistas ao aprimoramento das avaliações, preservando o conteúdo programático dos níveis de ensino envolvidos; e sugerir modificações que contribuam para a melhoria dos sistemas de acesso ao ensino superior.

Ação 2 – Guia do PAS

O Guia do PAS sintetiza informações essenciais acerca do programa, com o intuito de facilitar a compreensão e a divulgação do edital do PAS, sobretudo para os alunos inscritos no certame. São enviados exemplares do guia para escolas do DF cadastradas no programa e disponibilização *on-line*, em formato de fácil acesso.

Ação 3 – Realização das etapas 1, 2 e 3 do PAS

O PAS foi criado pela UnB em 1996 como alternativa ao ingresso na universidade, com o objetivo de integrar a educação básica e a superior para promover melhorias na qualidade do ensino médio. Com a criação do PAS, o aluno do ensino médio passou a realizar avaliação, distribuída em três provas, aplicada ao fim de cada série do ensino médio. No PAS, em cada uma das três avaliações, são analisados os conhecimentos adquiridos pelo estudante durante o ano de estudo, e não o conjunto de saberes adquiridos nos três anos do curso do ensino médio. A classificação dos alunos é feita com base na média obtida pela soma do resultado das três provas realizadas no decorrer do ensino médio.

Ação 4 – Revista PASSEI

Trata-se de um periódico anual em que são divulgadas informações relevantes a respeito do PAS da UnB e publicados artigos de interesse dos professores, dos estudantes e dos pais de estudantes do ensino médio da rede de escolas públicas e privadas do DF. A revista PASSEI é disponibilizada no *site* da gerência de interação educacional, com acesso livre, e também distribuída a professores do ensino médio e escolas, em CD ou impressa.

Ação 5 – Coleção SaberPAS

A coleção SaberPAS foi concebida para ser utilizada como recurso didático complementar em sala de aula ou como material de apoio extraclasse para o estudo de alunos que se preparam para o PAS. Ela é organizada em três volumes anuais, consagrados ao comentário de cada uma das mais recentes provas das três etapas do programa. Cada volume é composto de dois tipos de conteúdo: um direcionado ao estudante e outro ao professor. Cada escola do DF cadastrada no PAS receberá, por ano, um exemplar de cada volume da coleção. As obras também serão disponibilizadas *on-line*, em formato de fácil acesso aos professores e estudantes.

EIXO TEMÁTICO 2

Avaliação do aprendizado por meio da ferramenta CAT ou da TRI

Macroprocessos

I. Operações logísticas

III. Processos acadêmicos

Objetivo estratégico

III. Promover a excelência nos processos acadêmicos, no apoio logístico, na formação de competências e no suporte de tecnologia da informação.

Ação 1 – Revisão de itens, pré-testagem de itens e análise psicométrica

Para realização da proficiência para concessão de créditos em disciplinas da UnB, será necessária a revisão dos itens fornecidos pela FUB para composição de um banco de itens calibrados com base na TRI e no pré-teste de itens, utilizando o sistema CAT.

EIXO TEMÁTICO 2**Avaliação do aprendizado por meio da ferramenta CAT ou da TRI****Ação 2 – Proficiência para concessão de créditos em disciplinas da UnB**

Alunos regularmente matriculados na UnB podem fazer prova de proficiência para receber créditos em disciplinas da UnB. Atualmente é realizada prova para obtenção de créditos nas disciplinas Espanhol I e II e Inglês Instrumental I e II, utilizando-se o sistema CAT. Entretanto, o projeto prevê, além das disciplinas de língua estrangeira, a aplicação das provas de proficiência para as disciplinas de Ciências Políticas, Economia, Física, Matemática e Química.

Ação 3 – Criação e manutenção de um sistema de banco de itens

A pré-testagem de itens e a aplicação da proficiência requer a existência de um sistema de banco de itens, para armazenamento e controle de utilização dos itens. Esse sistema deve ser constantemente alimentado, de forma que nunca faltem itens para a composição de provas e aplicação de eventos.

Eixo temático 3**Capacitação e certificação****Macroprocessos**

- I. Operações logísticas
- II. Desenvolvimento de competências
- III. Processos acadêmicos

Objetivo estratégico

III. Promover a excelência nos processos acadêmicos, no apoio logístico, na formação de competências e no suporte de tecnologia da informação.

Ação 1 – Certificação de Habilidade Específica

A Certificação de Habilidade Específica é necessária para ingresso nos cursos de graduação: Arquitetura e Urbanismo, Artes Cênicas (bacharelado/licenciatura), Artes Plásticas (bacharelado/licenciatura), Design (bacharelado), Música (bacharelado) e Música (licenciatura), oferecidos pela UnB.

Ação 2 – Capacitação de docentes da UnB em elaboração de itens de provas

Além de conhecer os diferentes tipos de itens, como os do tipo certo ou errado e itens de múltipla escolha, a elaboração de itens de provas envolve técnicas que vão além da exigência de simples memorização do avaliando, podendo ser exploradas outras formas de avaliação de competências. Assim, o Cebraspe realizará capacitação dos docentes da FUB sobre técnicas de elaboração de itens de prova.

Eixo temático 4**Apoio logístico e tecnológico****Macroprocessos**

- I. Operações logísticas

Objetivo estratégico

III. Promover a excelência nos processos acadêmicos, no apoio logístico, na formação de competências e no suporte de tecnologia da informação.

Ação 1 – Programa Idiomas sem Fronteiras da UnB | TOEFL

Avaliação realizada para avaliar a proficiência em língua estrangeira de participantes do programa Idiomas sem Fronteiras (IsF), desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC) por intermédio da Secretaria de Educação Superior (SESu) e em conjunto com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). O programa tem como principal objetivo incentivar o aprendizado de línguas, além de propiciar mudança abrangente e estruturante no ensino de idiomas estrangeiros nas universidades do País.

Eixo temático 5**Projetos de inovação****Macroprocessos**

- IV. Desenvolvimento de soluções e inovações acadêmicas
- V. Desenvolvimento de soluções e inovação em TIC

Objetivo estratégico

IV. Gerar novas tecnologias, informações e conhecimentos técnicos e científicos relacionados ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e institucional nas áreas de avaliação e seleção.

Ação 1 – Plataforma e-DTLE & eBooks

Elaborado a partir de demanda apresentada pelo Decanato de Ensino de Graduação da UnB ao Cebraspe, o projeto denominado e-DTLE (Digital Testing Learning Environment & eBooks) busca colaborar para a implementação de práticas interativas e novas ferramentas digitais em processos de ensino-aprendizagem na UnB. Essa iniciativa consiste, em sua primeira etapa, na criação de um ambiente virtual para publicações de *e-books* de professores da UnB, com o intuito de facilitar e estimular a publicação docente bem como promover inovações didáticas e maior acessibilidade a conteúdos de qualidade. Pode contribuir, nesse sentido, para aumentar, simultaneamente, os índices de produção acadêmica e o desempenho discente. Em uma segunda etapa, valendo-se de sua consolidada e respeitada *expertise* na realização de avaliações e certificações, o Cebraspe pretende oferecer conexão entre os serviços de seu ambiente virtual de produção e publicação de *e-books* e seu ambiente virtual de avaliação digital. O centro já detém a tecnologia CAT, método que avalia o candidato por meio de prova realizada no computador e que calcula a proficiência de forma dinâmica, com base na TRI. O projeto combina, assim, a longo termo, os procedimentos que estão na base do processo educativo: a comunicação do conhecimento e a aferição da apreensão desse conhecimento.

2.2 Ações pactuadas com o Inep

As ações previstas nesse plano de ação estão de acordo com os objetivos estratégicos e foram organizadas segundo o eixo temático Proposição de Inovações em Matrizes de Avaliações Educacionais e Certificações.

Esse eixo temático está vinculado aos seguintes objetivos estratégicos do CG:

- | | |
|--|--|
| <p>II. aprimorar a qualidade e eficiência das grandes avaliações e seleções nacionais;</p> <p>III. promover a excelência nos processos acadêmicos, no apoio logístico, na formação de competências e no suporte de tecnologia da informação; e</p> | <p>IV. gerar novas tecnologias, informações e conhecimentos técnicos e científicos relacionados ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e institucional nas áreas de avaliação e seleção.</p> |
|--|--|

O mesmo eixo temático está vinculado aos seguintes macroprocessos institucionais do centro:

1. Desenvolvimento de competências;
2. Processos acadêmicos;
3. Desenvolvimento de soluções e inovações acadêmicas; e
4. Desenvolvimento de soluções e inovação em TIC.

Eixo temático 6 Proposição de inovações em matrizes de avaliações educacionais e certificações

Macroprocessos

- II. Desenvolvimento de competências
- III. Processos acadêmicos
- IV. Desenvolvimento de soluções e inovações acadêmicas
- V. Desenvolvimento de soluções e inovação em TIC

Objetivos estratégicos

- II. Aprimorar a qualidade e eficiência das grandes avaliações e seleções nacionais.
- III. Promover a excelência nos processos acadêmicos, no apoio logístico, na formação de competências e no suporte de tecnologia da informação.
- IV. Gerar novas tecnologias, informações e conhecimentos técnicos e científicos relacionados ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e institucional nas áreas de avaliação e seleção.

Ação 1 – Realização de estudos estratégicos

O objetivo dessa ação é analisar as diferentes concepções que vêm sendo utilizadas, no Brasil e no exterior, para a elaboração de matrizes de referência, bem como propor um modelo conceitual de matriz que seja adequado para cada avaliação ou certificação nacional.

Ação 2 – Inovação em matrizes de avaliação — Saeb (Ana, Aneb e Anresc), Enem e Encceja

Nessa ação, pretende-se elaborar e validar matrizes de referência inovadoras para as avaliações e certificações nacionais, de acordo com os modelos conceituais definidos na ação anterior.

Ação 3 – Análise das metodologias existentes para elaboração e revisão de itens

Pretende-se, por meio dessa ação, fazer um levantamento das diferentes metodologias utilizadas atualmente para elaboração e revisão de itens de avaliação educacional e certificações, com o objetivo de otimizar o processo de validação desses itens.

Ação 4 – Proposição de metodologias para elaboração e revisão de itens

Com base no levantamento realizado na ação anterior, busca-se, nessa ação, propor e validar metodologias para elaboração e revisão de itens, bem como elaborar manuais que descrevam e detalhem as metodologias validadas, que deverão ser utilizados nas capacitações — presenciais e a distância — de elaboradores e revisores de itens.

Ação 5 – Estudo acerca dos processos de validação de itens

Com essa ação, pretende-se estudar diferentes métodos utilizados na validação de conteúdo de itens, bem como propor e validar protocolos e metodologias a serem utilizados nesse processo.

Ação 6 – Criação de ambiente virtual de aprendizagem para a capacitação de elaboradores e revisores de itens de avaliação e certificação

O objetivo dessa ação é desenvolver recursos educacionais e estabelecer um ambiente virtual de aprendizagem, para capacitação de elaboradores e revisores de itens de avaliação e certificação.

Ação 7 – Elaboração e revisão de itens

O objetivo dessa ação é viabilizar a elaboração e revisão de itens de avaliação e certificação, com vistas à consolidação dos protocolos e das metodologias desenvolvidos no âmbito desse projeto.

O Ministério da Educação, por meio do Núcleo de Coordenação, Supervisão e Acompanhamento das Organizações Sociais, encaminhou, em 25 de outubro de 2016, o Ofício nº 14/2016/CGOS/SE/SE-MEC, solicitando à FUB análise do Processo nº 23036.004374/2013-15 e elaboração de nota técnica e parecer jurídico acerca da proposta de termo aditivo apresentada pelo Cebraspe. A mesma solicitação foi encaminhada ao Inep por meio do Ofício nº 15/2016/CGSOS/SE/SE;MEC.

Em resposta, a FUB encaminhou o Ofício nº 0644/2016/FUB/UnB, de 18 de novembro de 2016, informando que, depois de ter ouvido o Decanato de Ensino e de Graduação (Nota Técnica emitida em 27 de outubro de 2016) e a Procuradoria Federal junto à FUB (Parecer nº 00044/2016/GPG/PFFUB/PGF/AGU, de 16 de novembro de 2016), manifestava-se favorável à celebração do termo aditivo. Todavia, tanto na nota técnica quanto no parecer da Procuradoria Federal junto à FUB restou pendente a informação acerca da nota de empenho dos recursos a serem repassados ao Cebraspe por meio da Ação de fomento nº 12.571.2109.212H.0053 – Pesquisa e Desenvolvimento nas Organizações Sociais e do Plano Orçamentário 0000 – Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos.

O Inep, por sua vez, respondeu ao MEC (Ofício GAB/Inep/MEC nº 004335 de 22 de dezembro de 2016) restituindo o processo para ciência da análise técnica da Diretoria de Avaliação da Educação Básica (Memorando DAEB nº 007896/2016), da Nota Técnica nº 033/2016, da Coordenação-Geral de Planejamento das Avaliações – CGPA/DGP, que tratam dos aspectos técnicos que envolvem o eixo temático “Proposição de inovações em matrizes de avaliações educacionais e certificações”, bem como da Nota Técnica nº 00437/2016/PFInep/PGF/AGU, para as providências julgadas pertinentes.

Embora, na análise técnica, a Diretoria de Avaliação da Educação Básica tenha concluído que as ações propostas no âmbito do termo aditivo podem colaborar com o aprimoramento de suas atividades, a Procuradoria Federal junto ao Inep fez ponderação acerca da tramitação do processo por formato eletrônico em vez de físico e se declarou impossibilitada de realizar, naquele momento, a análise da Proposta do 1º Termo Aditivo.

No âmbito do Inep, ressalta-se, o SEI está em vias de implantação, e, portanto, até o presente momento, encontra-se totalmente inacessível aos servidores e procuradores em exercício nesta autarquia, impondo-se, desse modo, a utilização do processo físico, a fim de possibilitar uma análise segura e completa por parte deste órgão de assessoramento jurídico.

Isto posto, esta Procuradoria entende pela impossibilidade de análise da minuta de Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 001/2014 neste momento.

Por fim, recomenda-se a finalização da análise do processo pelos Entes cujo Sistema Eletrônico de Informações (SEI) já tenha sido implantado e, após, a remessa do processo em modo físico, ou de modo eletrônico, caso já em funcionamento aquele sistema no âmbito do Inep, para manifestação conclusiva dessa Procuradoria.

Diante dos fatos apresentados, apesar de todos os esforços envidados em 2016, assim como em 2015, a celebração do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 001/2014 não se concretizou.

Ressalte-se que, no período de março a setembro de 2016, o país passou por uma série de mudanças no âmbito político, o que resultou em alteração tanto da equipe do MEC quanto da equipe do Inep e levou à paralisação do processo de renegociação do termo aditivo, dada a necessidade de tempo para que os novos integrantes das referidas equipes pudessem tomar conhecimento do CG nº 01/2014, bem como do processo e das tratativas para assinatura do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão. Somase a esses fatos a troca da gestão superior da FUB no mês de novembro de 2016, em virtude da finalização do mandato de gestão 2012/2016.

3 **Informações sobre a gestão administrativa**

Informações sobre a gestão administrativa

3.1 FNQ | Autoavaliação assistida

Com o intuito de desenvolver a excelência de sua gestão e com o compromisso de aperfeiçoar-se e renovar sua missão constantemente, de forma a acompanhar as mudanças globais, o Cebraspe submeteu-se à avaliação da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ) pelo segundo ano consecutivo.

A avaliação baseia-se no Modelo de Excelência da Gestão (MEG), uma metodologia de autoavaliação e de reconhecimento de boas práticas de gestão. Estruturado em

treze fundamentos e oito critérios de excelência para avaliação da gestão, o MEG define uma base teórica e prática para a busca da excelência, conforme os modernos princípios de identidade empresarial e o cenário atual do mercado.

A avaliação identifica oportunidades de melhoria na organização e, com base nos critérios DE excelência do MEG, permite construir o Plano de Melhoria de Gestão (PMG), que procura implementar essas oportunidades.

Os treze fundamentos do MEG são:

- | | |
|--------------------------------|--|
| 1. pensamento sistêmico; | 8. conhecimento sobre clientes e mercados; |
| 2. atuação em rede; | 9. responsabilidade social; |
| 3. aprendizado organizacional; | 10. valorização das pessoas e da cultura; |
| 4. inovação; | 11. decisões fundamentadas; |
| 5. agilidade; | 12. orientação por processos; e |
| 6. liderança transformadora; | 13. geração de valor. |
| 7. olhar para o futuro; | |

A avaliação conjunta dos fundamentos e dos critérios permite a compreensão da estrutura gerencial de maneira sistêmica, tangível e mensurável. A avaliação realizada é importante insumo para que a organização possa definir as iniciativas que irão trazer a maturidade em gestão necessária para que o centro alcance as melhores colocações entre as empresas e as organizações filiadas ao modelo.

A autoavaliação assistida em seu nível avançado de aplicação, denominado Critérios de Excelência, permite realizar diagnóstico do grau de aderência das práticas de gestão ao MEG.

O processo de autoavaliação assistida realizado no Cebraspe, sob orientação de profissional da FNQ, especializado no uso de conceitos do MEG, ocorreu em oito etapas, descritas na figura 1.

Figura 1 – Etapas do processo de autoavaliação assistida

ETAPA 1 – Reunião de *kick-off*

ETAPA 2 – Capacitação de multiplicadores

ETAPA 3 – Levantamento das práticas e dos resultados

ETAPA 4 – Reunião de acompanhamento

ETAPA 5 – Planejamento da visita e avaliação das fichas

ETAPA 6 – Visita de avaliação

ETAPA 7 – Elaboração do relatório da autoavaliação assistida

ETAPA 8 – Apresentação dos resultados

Na reunião de *kick-off*, foram alinhadas as expectativas da autoavaliação assistida, esclarecidas dúvidas sobre o processo e definidos o cronograma e a equipe de multiplicadores.

Durante a visita de avaliação, o especialista da FNQ, acompanhado de multiplicadores, realizou entrevistas com diretores, gestores e membros da força de trabalho do Cebraspe, para verificar, com base em evidências, as práticas e os resultados que sustentam o modelo de gestão do centro e o alinhamento destes com a estratégia e com o planejamento organizacional. Apoiado nas informações obtidas na visita e naquelas disponíveis nas fichas, o especialista elabo-

rou o Relatório de Autoavaliação Assistida (RAA), com os pontos fortes e as oportunidades de melhoria do Cebraspe e com a pontuação obtida pela organização.

No RAA de 2016, foram apresentados 100 pontos fortes ligados aos processos gerenciais (contra 51 no relatório de 2015) e oito relacionados aos resultados alcançados pela organização. Foram identificadas, também, 145 oportunidades de melhoria associadas à gestão e 25 concernentes aos resultados. Foram identificadas como boas práticas do Cebraspe a segurança e a acessibilidade aos produtos.

A análise articulada desse material resultou no levantamento de eixos propulsores e eixos fragilizadores (listados a seguir) formados pela integração dos pontos fortes e das oportunidades de melhoria, respectivamente. Tais eixos devem ser considerados pelo Cebraspe nas ações direcionadas ao aperfeiçoamento e à conquista de uma gestão de excelência.

Eixos propulsores

- Elaboração e implementação do PMG.
- Processo decisório e prestação de contas.
- Metodologia de *benchmarking* de processos.
- Planejamento estratégico.
- Plano de *marketing*.
- Acessibilidade aos produtos.
- Desenvolvimento de sistemas de informação.
- Gestão do desempenho de pessoas e do clima organizacional.
- Gestão de projetos.
- Estruturação e melhoria de processos.
- Segurança dos produtos.
- Gestão orçamentária, com base no Orçamento Base Zero.

Eixos fragilizadores

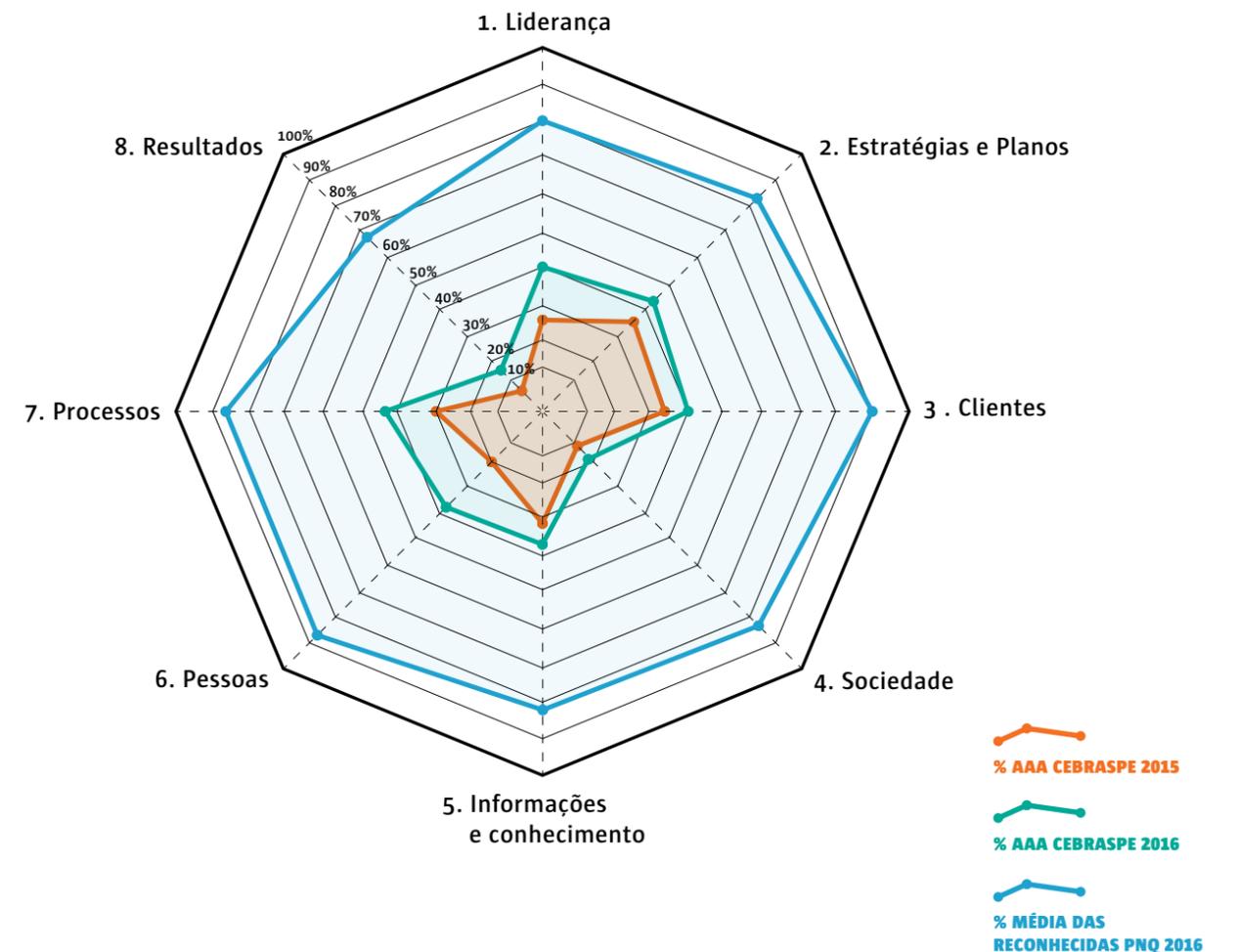
- Apropriação das metodologias das consultorias, de modo a transformá-las em prática de gestão.
- Gestão das partes interessadas, com estabelecimento de critérios para sua definição e identificação de suas necessidades, traduzida em requisitos e indicadores de desempenho.
- Identificação e utilização de redes de organizações ou de pessoas para apoiar a gestão.
- Aplicação do *benchmarking* de processos e de resultados.
- Indicadores de desempenho, principalmente associados aos requisitos das partes interessadas e dos processos da cadeia de valor, para possibilitar maior capacidade de análise e tomada de decisão para melhoria da gestão.
- Gestão dos ativos intangíveis.
- Gestão da marca e avaliação da imagem.
- Gestão de projetos sociais.
- Gestão estratégica da tecnologia da informação.
- Gestão do conhecimento.
- Qualidade de vida.
- Sistema de remuneração, reconhecimento e benefícios.
- Comunicação.
- Definição de requisitos para produtos e processos da cadeia de valor.
- Documentação de processos.
- Avaliação e monitoramento de fornecedores.

Para determinar o escore obtido pela organização, o MEG utiliza um sistema que expressa o grau de incorporação dos fundamentos da excelência na gestão da organização e a aderência dos processos gerenciais e seus respectivos resultados a tais fundamentos. Esses resultados partem da análise de itens relacionados a: critérios de liderança; estratégias e planos; clientes; sociedade; informações e conhecimentos; pessoas; processos; e resultados. São avaliados sete critérios associados aos processos gerenciais da organização e um critério associado aos resultados de desempenho alcançados.

A avaliação dos itens de cada critério ocorre com base em fatores de pontuação. O somatório das notas obtidas em cada fator de pontuação resulta no escore do item, e a soma dos escores de cada item resulta no total de pontos obtidos em cada um dos oito critérios. Em seu segundo ciclo de autoavaliação assistida, o Cebraspe obteve 277 pontos contra 168 pontos obtidos no primeiro ciclo.

A comparação da pontuação obtida pelo Cebraspe pode ser melhor observada no gráfico 1.

Gráfico 1 – Comparação dos resultados da autoavaliação assistida (2015-2016)



São apresentadas na tabela 1 a pontuação obtida nessa avaliação e sua comparação com a do ciclo anterior, considerando-se os oito critérios.

Tabela 1 – Comparação entre as pontuações obtidas em 2015 e 2016

Critério	Pontuação obtida em 2015	Pontuação obtida em 2016	Variação
1. Liderança	24,0	39,0	62,5%
1.1 Cultura organizacional e desenvolvimento da gestão	4,0	8,0	100%
1.2 Governança	7,5	13,5	80%
1.3 Levantamento de interesses e exercício da liderança	3,5	5,5	57%
1.4 Análise do desempenho da organização	9,0	12,0	33%
2. Estratégias e planos	21,0	25,5	21%
2.1 Formulação das estratégias	10,5	13,5	29%
2.2 Implementação das estratégias	10,5	12,0	14%
3. Clientes	23,0	27,5	20%
3.1 Análise e desenvolvimento de mercado	9,0	13,5	50%
3.2 Relacionamento com clientes	14,0	14,0	0%
4. Sociedade	7,5	10,5	40%
4.1 Responsabilidade socioambiental	4,5	7,5	67%
4.2 Desenvolvimento social	3,0	3,0	0%
5. Informações e conhecimento	16,5	21,0	27%
5.1 Informações da organização	12,0	16,5	38%
5.2 Conhecimento da organização	4,5	4,5	0%
6. Pessoas	18,0	38,0	111%
6.1 Sistemas de trabalho	7,5	13,5	80%
6.2 Capacitação e desenvolvimento	6,0	14,0	133%
6.3 Qualidade de vida	4,5	10,5	133%
7. Processos	30,0	43,0	43%
7.1 Processos da cadeia de valor	10,0	16,0	60%
7.2 Processos relativos a fornecedores	4,0	5,0	25%
7.3 Processos econômico-financeiros	16,0	22,0	38%
8. Resultados	28,0	72,5	159%
8.1 Econômico-financeiros	5,0	20,0	300%
8.2 Sociais e ambientais	0,0	3,5	350%
8.3 Relativos a clientes e mercados	10,0	10,0	0%
8.4 Relativos às pessoas	8,0	14,0	75%
8.5 Relativos aos processos	5,0	25,0	400%
Total	168,0	277,0	65%

3.2 PMG

O PMG compreende um conjunto de planos de ação com iniciativas específicas voltadas à implantação das práticas de gestão definidas no processo de Autoavaliação Assistida realizado pelo Cebraspe.

As iniciativas propostas em cada plano de ação do PMG estão alinhadas aos critérios de excelência propostos pelo MEG e ao resultado da avaliação, o qual apresenta oportunidades de melhoria identificadas no Relatório de Autoavaliação Assistida (RAA). O PMG visa a estruturação e a sistematização dos processos gerenciais, bem como a conquista de maturidade de gestão pelo centro.

Em 2016, o PMG trouxe grandes melhorias de gestão ao Cebraspe, priorizando a atuação nos seguintes âmbitos:

Gestão da cultura

Realização de eventos de sensibilização e comunicação cultural; estruturação da gestão da ética por meio da revisão do Código de Ética.

Gestão ambiental e social

Definição de uma política de responsabilidade ambiental a ser promovida e fomentada entre os colaboradores do Cebraspe.

Gestão de pessoas

Implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR), do Programa de Avaliação de Desempenho (AD), da Pesquisa de Clima Organizacional e de ações que tratam da saúde e da qualidade de vida do colaborador, como a semana de Qualidade de Vida e de Prevenção de Acidentes de Trabalho.

Gestão de tecnologia de informação e comunicação

Integração da tecnologia de informação e comunicação ao planejamento estratégico; criação de um Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação; aprovação da Metodologia de Gestão de Desenvolvimento de Sistemas de Informação (MDS); e definição de um Plano de Continuidade do Negócio (PCN).

Gestão de fornecedores

Estruturação da cadeia de fornecedores e da gestão dos contratos de fornecimento.

Benchmarking de processos e resultados

Aprovação da metodologia e estruturação do processo de *benchmarking*, com vistas a identificar, obter, analisar e utilizar práticas de gestão de organizações consideradas referência no mercado.

Gestão de mercados e clientes

Estruturação da gestão do *marketing*; realização de pesquisa de necessidade, satisfação e opinião do contratante institucional e dos candidatos; análise de mercado com acompanhamento dos contratantes e dos concorrentes, atuais e potenciais.

Gestão de riscos e compliance

Estruturação das práticas de *compliance* e implantação do processo de gestão de riscos.

Gestão por processos

Atualização da cadeia de valor e aperfeiçoamento da metodologia de gestão de processos.

Gestão estratégica

Revisão do planejamento estratégico e estruturação de análise dos ambientes interno e externo.

3.3 SAP

Em fevereiro de 2016, o sistema SAP passou a funcionar efetivamente no Cebraspe, contemplando as atividades relativas a compras, almoxarifado, contabilidade, finanças e controladoria.

O sistema oferece a possibilidade de anexar documentos, como termos de referência, justificativas, pareceres técnicos, entre outros, além de manter a consistência da informação e permitir maior segurança e agilidade nas rotinas de trabalho. Com isso, foram eliminados processos manuais e redundâncias em atividades, o que tem evitado desperdício de papel e otimizado o tempo de resposta ao gestor.

Para introduzir o SAP no Cebraspe, foi criado o Projeto Sinapse (figura 2) com o objetivo de capacitar os colaboradores no uso eficaz da ferramenta e disseminar modernas, seguras e ágeis práticas de gestão e controle de informações. No decorrer do ano, o Sinapse, com o apoio da Coordenação de Educação Corporativa (Ceduc), capacitou cerca de 94 colaboradores, que se tornaram, assim, aptos para a utilização dos comandos necessários para as operações cotidianas. Com o projeto, em suma, foi possível divulgar a implementação gradual do novo sistema e esclarecer dúvidas a seu respeito.

Figura 2 – Marca do Projeto Sinapse



O projeto foi planejado para ocorrer em cinco fases, conforme descrito na figura 3.

Figura 3 – Fases de implementação do SAP



Com a adoção do SAP, o Cebraspe implementou práticas modernas e seguras de gestão e controle das informações para subsidiar a tomada de decisão, além de ter promovido, de forma eficiente e eficaz, a transformação dos objetivos em resultados.

3.4 OBZ

Para 2016, o Orçamento Base Zero (OBZ) foi elaborado por meio de ferramenta (simulador) desenvolvida internamente pela equipe da Controladoria. Isso permitiu uma descentralização na elaboração do orçamento, uma vez que cada setor da organização pôde inserir, a partir de suas estações de trabalho, informações orçamentárias no banco de dados do OBZ. O orçamento passou também a ser acessível via intranet.

Foram concedidos, por meio de *workshops*, treinamentos aos usuários indicados pelos gestores como responsáveis pela elaboração do OBZ de seu setor. A esses usuários foram atribuídos perfis específicos, coerentes com sua área de atuação no Cebraspe. A ferramenta (simulador) ficou disponível para preenchimento das informações durante o prazo estabelecido em cronograma divulgado pela Controladoria. Após esse prazo, o simulador foi bloqueado. Durante o processo, a equipe da Supervisão de Planejamento Financeiro ficou à disposição para dirimir quaisquer dúvidas.

O orçamento foi elaborado considerando-se o detalhamento por rubrica (natureza do gasto) e por centros de custo (em nível de supervisão), permitindo, assim, sumarização não só no nível da própria supervisão, mas também no das diretorias.

Na fase de consolidação das informações, alguns setores foram chamados a prestar esclarecimentos sobre variações e/ou premissas utilizadas durante o processo. Outras informações sobre premissas qualitativas, dados físicos e memórias de cálculo não constantes no sistema puderam ser solicitadas para justificar os valores determinados.

Na fase de aprovação dos valores anuais, os resultados consolidados foram submetidos, primeiramente, à avaliação das diretorias e, posteriormente, à aprovação final do Conselho de Administração.

Por fim, foram produzidos relatórios em formatos corporativos, com vistas a atender às demandas da alta administração. Ao cabo das discussões internas, efetuaram-se os ajustes necessários, e, após aprovação final, o orçamento foi concluído, com apuração da demonstração de resultados, do fluxo de caixa e do balanço patrimonial definitivos.

Quadro 1 – Principais fases do OBZ 2016

1ª Fase – Julho 2016

Apresentação do Projeto OBZ 2017 e Cronograma para Diretoria

Kick off do projeto OBZ 2017 – CEBRASPE

Definição dos gestores de pacotes e multiplicadores por áreas

Definição do cronograma de treinamentos GDUC

2ª Fase – Agosto 2016

Entrega e aprovação do projeto de MKT Interno

Planejamento e posterior convocação para o Workshop

Alinhamento com o Escritório de Gestão sobre o Plano Diretor

3ª Fase – Setembro 2016

Treinamento Workshop com os gestores

Aálises do Planejamento Estratégico e Plano Diretor

Confecção do orçamento de Despesas, Custos, Receitas e Tributos

4ª Fase – Outubro 2016

Finalização da confecção do orçamento no simulador pelas áreas

Conferência dos dados salvos no simulador pela Controladoria

5ª Fase – Novembro 2016 a Janeiro 2017

Simulação de Resultados

Cortes/Adequações

Apresentação e validação do Orçamento junto à Diretoria Executiva

6ª Fase – Fevereiro 2017

Apresentação do Orçamento ao Conselho Administrativo

Entrega e Análise do Plano Tático

Carga do Orçamento já aprovado no SAP

3.5 Implantação da estrutura organizacional

Com a aprovação da nova estrutura organizacional do Cebraspe em 2015, o Conselho de Administração decidiu que a implantação das novas áreas seria iniciada no primeiro semestre de 2016. Durante o semestre, o Cebraspe implantou, subordinada à Diretoria-Geral, a Auditoria Interna (AudIn), unidade de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, desenvolver ações preventivas e prestar apoio ao diretor-geral, com base nos princípios de legalidade, moralidade, impessoalidade e probidade na gestão.

Ainda nesse período, ocorreram reuniões para definição dos ocupantes dos cargos de gestão: diretores, coordenadores e supervisores; alguns, todavia, não foram definidos. Em junho de 2016, o Cebraspe promoveu evento de alinhamento organizacional, em que apresentou os nomes dos novos diretores, o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR), a estrutura da AudIn, além de outros assuntos relacionados à gestão do centro. Nesse evento, foi informado que a implantação da nova estrutura organizacional começaria em julho de 2016, concomitantemente à implantação do PCCR.

Nesse mesmo mês de julho, o Cebraspe promoveu o evento *PCCR em Ação*, composto de dois momentos. No primeiro, exclusivo para os ges-

tores, apresentaram-se o cronograma de implantação da nova estrutura e as ações que deveriam ser executadas até o final desse processo. No segundo, foram esclarecidas as dúvidas dos colaboradores e explicada a dinâmica de enquadramento dos colaboradores na nova estrutura. A dinâmica consistiu, basicamente, em reunião na qual o gestor identificava e apresentava ao colaborador as características do novo cargo, a carreira e a remuneração correspondentes ao seu enquadramento.

O passo seguinte foram as reuniões de transição e ajustes, conduzidas por consultoria, em parceria com o Escritório de Gestão, e que tiveram como objetivo: indicar a distribuição dos setores dentro da nova estrutura organizacional; validar os processos, as iniciativas estratégicas e os projetos internos (caso existissem); e, por fim, criar um plano de transição com as ações necessárias para que o setor pudesse realizar suas atividades rotineiras de forma adequada. No total, foram realizadas dezesseis reuniões de transição, nas cinco diretorias.

3.6 PCCR

Ferramenta fundamental para a gestão de pessoas em diferentes instituições, o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) estrutura a administração dos cargos no Cebraspe, permitindo comparar os salários pagos na OS com os praticados no mercado, bem como definir uma estratégia de remuneração alinhada ao planejamento e à cultura organizacional.

A estrutura salarial proposta tem como objetivo compor um modelo de remuneração distribuído em faixas, que seja capaz de atrair e reter profissionais qualificados e estimular o desempenho das atividades do centro, além de oferecer perspectivas de progressão em conformidade com capacidades e habilidades do colaborador.

Na criação do PCCR, a metodologia utilizada para estruturar os cargos baseou-se em pontuação auferida a cada cargo a partir de oito fatores críticos:

1. complexidade técnica;
2. complexidade gerencial;
3. autonomia do cargo;
4. tipo de solução demandada para o cargo;
5. valor do impacto financeiro do cargo;
6. tipo de impacto financeiro no resultado apresentado pelo cargo;
7. responsabilidade por erro; e
8. tipos de comunicação e contatos requeridos pelo cargo.

O PCCR, mediante a utilização dessa metodologia, criou 195 cargos, dos quais 79 são de gestão, 100 são técnicos e 16 são operacionais. O plano estabeleceu, ainda, normas para progressão salarial e promoção de carreira, considerando sempre, para tal, a disponibilidade de recursos orçamentários. Ele foi implantado a partir de 1º de julho de 2016, com o enquadramento de todos os colaboradores do Cebraspe nos novos cargos.

3.7 Avaliação de desempenho

A avaliação de desempenho (AD) compreende a identificação, a mensuração e a administração do desempenho humano nas organizações. É um instrumento de apoio à administração, pois contribui para o aperfeiçoamento da gestão de pessoas, por meio do acompanhamento contínuo da atividade dos colaboradores, da reorientação de eventuais desvios, da valorização do profissional e do reconhecimento dos melhores, o que favorece o contínuo aperfeiçoamento individual e institucional.

Visando mensurar o desenvolvimento das atividades direcionadas para a consecução dos objetivos institucionais, a AD constitui-se um fator de mobilização para o alcance da missão institucional ao orientar a atividade dos colaboradores em função de metas claras e critérios de avaliação transparentes. Por isso, ela deve ser vista como um estímulo ao desenvolvimento das pessoas.

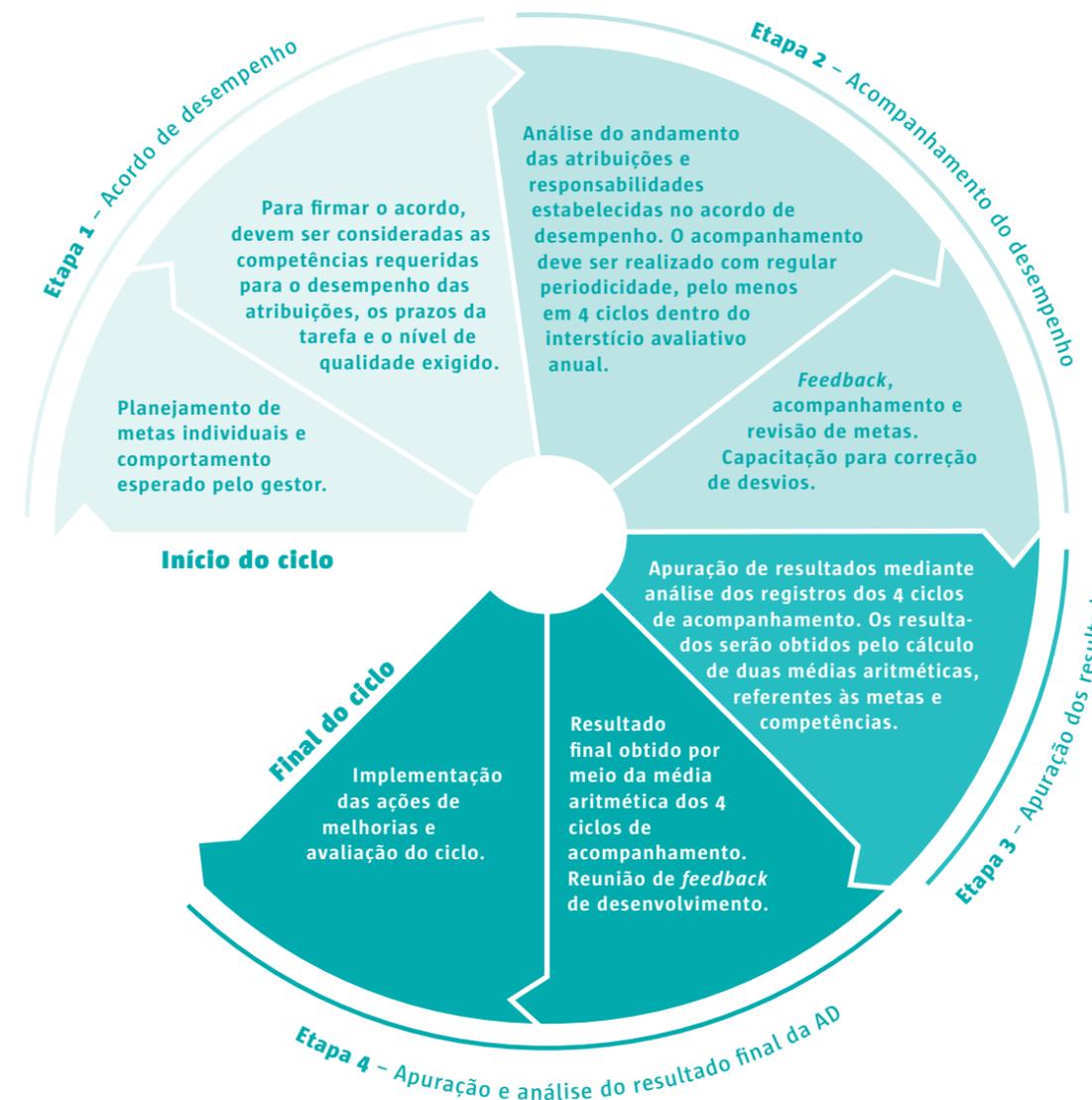
A AD do Cebraspe aplica-se a todos os colaboradores em regime celetista, contratados por prazo indeterminado e que, portanto, fazem parte do quadro efetivo do centro. Ela é realizada em interstício anual e está organizada em quatro etapas, conforme apresentado no quadro 2 e na figura 4.

Quadro 2 – Cronograma do 1º interstício da AD

Etapas	Prazo
Etapa 1 - Acordo de desempenho	1 a 9/9/16
Etapa 2 - Acompanhamento do desempenho (1º ciclo)	12/9 a 30/11/16
Etapa 2 - Acompanhamento do desempenho (2º ciclo)	1/12/16 a 28/2/17
Etapa 2 - Acompanhamento do desempenho (3º ciclo)	1/3 a 31/5/17
Etapa 2 - Acompanhamento do desempenho (4º ciclo)	1/6 a 31/8/17
Etapa 3 - Apuração dos resultados	4 a 8/9/17
Etapa 4 - Apuração e análise do resultado final	11 a 22/9/17

Fonte: Coordenação de Gestão de Pessoas.

Figura 4 – Etapas da metodologia da AD



Fonte: Coordenação de Gestão de Pessoas.

Destaque-se que a etapa 1 (acordo de desempenho) teve adesão de 83% dos setores. Esse é um indicador razoável, não só porque se trata do primeiro interstício da AD no Cebraspe, mas também porque é preciso formar os gestores para aferir continuamente o desempenho de seus colaboradores.

Por fim, é necessário lembrar que a consolidação do PCCR definiu a AD como parte

integrante da metodologia de movimentação funcional. O colaborador evolui na instituição por intermédio de sua progressão por mérito e de sua promoção de carreira. A AD é instrumento-chave para a análise de resultados, já que permite reconhecer o mérito e assegurar a diferenciação e a valorização dos diversos níveis de desempenho dos colaboradores do Cebraspe.

3.8 Pesquisa de clima organizacional

Para a pesquisa de clima organizacional do Cebraspe, adotou-se como procedimento metodológico a aplicação de um questionário em meio eletrônico, respondido de forma voluntária e anônima pelos colaboradores.

Os fatores analisados na pesquisa foram: perfil do respondente, condições físicas de trabalho, remuneração (salário e benefícios), desenvolvimento e carreira, comunicação interna, qualidade de vida no trabalho, reconhecimento e valorização, ambiente de trabalho, saúde e segurança no trabalho, liderança e suporte, relacionamento e cooperação, identidade com o Cebraspe, motivação e autoavaliação, e expectativas.

A pesquisa foi realizada com todos os colaboradores que compõem o quadro efetivo do centro – contratados em regime celetista e por prazo indeterminado, além dos cedidos – e respeitou, em seu primeiro interstício, o cronograma apresentado no quadro 3.

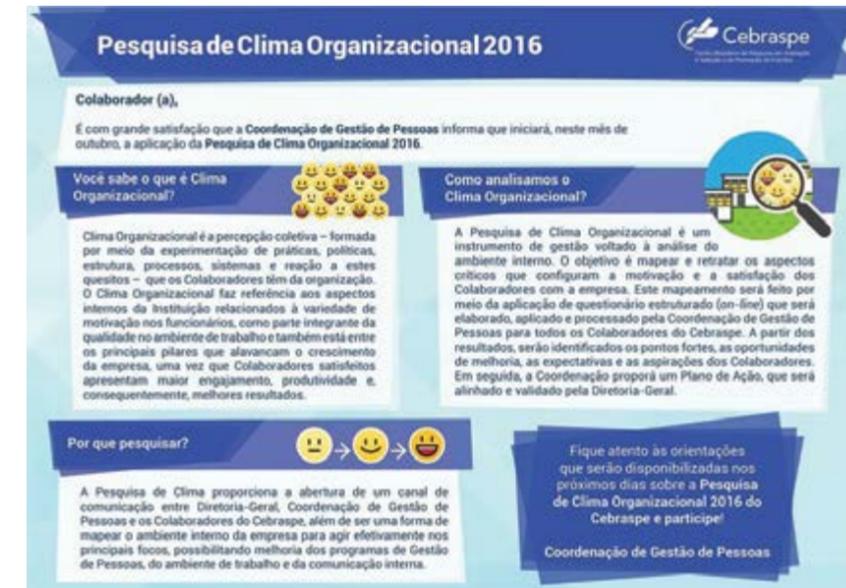
Quadro 3 – Cronograma do primeiro interstício da pesquisa de clima organizacional

Etapas	Prazo
Planejamento e validação da pesquisa com a diretoria	Setembro de 2016
Aplicação do questionário	Outubro e novembro de 2016
Apuração de resultados e divulgação interna	Novembro e dezembro de 2016
Elaboração do plano de ação	Janeiro de 2017
Aprovação do plano pela diretoria e divulgação	Fevereiro de 2017
Réplica da pesquisa	Setembro de 2017

Fonte: Coordenação de Gestão de Pessoas.

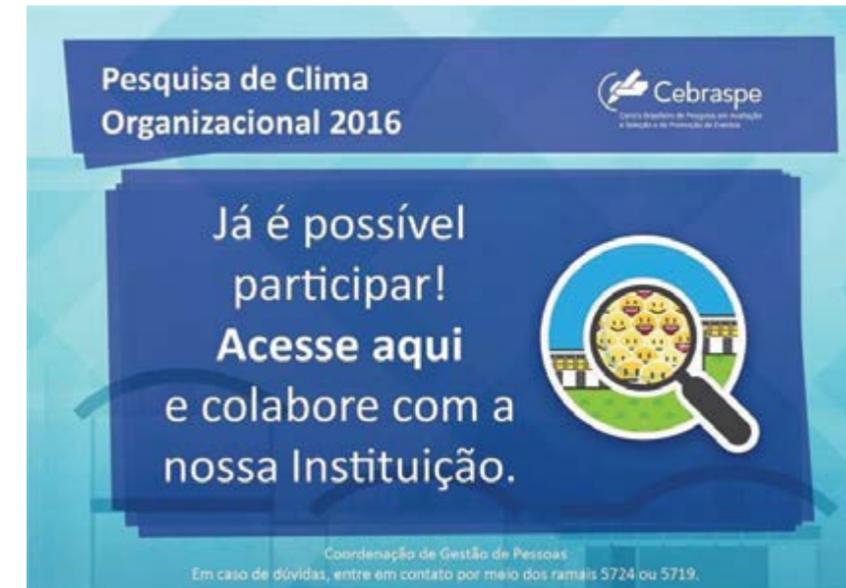
A pesquisa foi amplamente divulgada pela Assessoria de Comunicação (figuras 5 e 6), tanto por *e-mail* quanto nos murais espalhados pelas instalações do Cebraspe.

Figura 5 – Divulgação da pesquisa de clima organizacional



Fonte: Coordenação de Gestão de Pessoas.

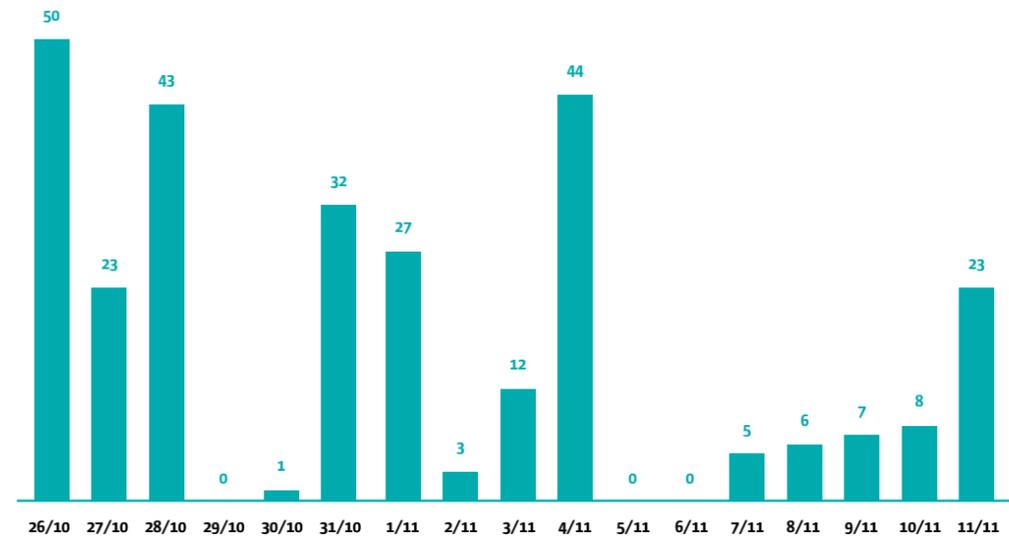
Figura 6 – Divulgação da pesquisa de clima organizacional



Fonte: Coordenação de Gestão de Pessoas.

Quanto à participação na pesquisa, houve acompanhamento diário do número de respondentes, conforme exposto no gráfico 2. Ao todo, durante o período de 17 dias, 284 colaboradores participaram, o que corresponde a mais de 50% do quadro efetivo do centro.

Gráfico 2 – Acompanhamento diário da pesquisa de clima organizacional



Fonte: Coordenação de Gestão de Pessoas.

A pesquisa obteve 57% de adesão dos colaboradores do quadro efetivo, o que, para uma primeira experiência, foi considerado razoável pela Coordenação de Gestão de Pessoas. Permanece o desafio de melhorar a adesão,

estimulando o colaborador a perceber os benefícios que esse tipo de enquete possa trazer para ele próprio e para a instituição. Dos resultados da pesquisa, foram destacadas as seguintes notas.

Figura 7 – Notas de destaque da pesquisa



Fonte: Coordenação de Gestão de Pessoas.

3.9 Cipa

A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa) foi implantada em julho de 2016. Ela é formada por colaboradores do Cebraspe, parte indicada pela diretoria, parte eleita anualmente por seus pares. A comissão promove atividades ligadas à saúde e à segurança no trabalho, com o objetivo de garantir a integridade física e mental dos colaboradores. Uma dessas atividades foi a Semana Interna de Prevenção de Acidentes (Sipat), em que foram realizadas palestras e ações dedicadas à saúde preventiva.

3.10 SQVT e Sipat

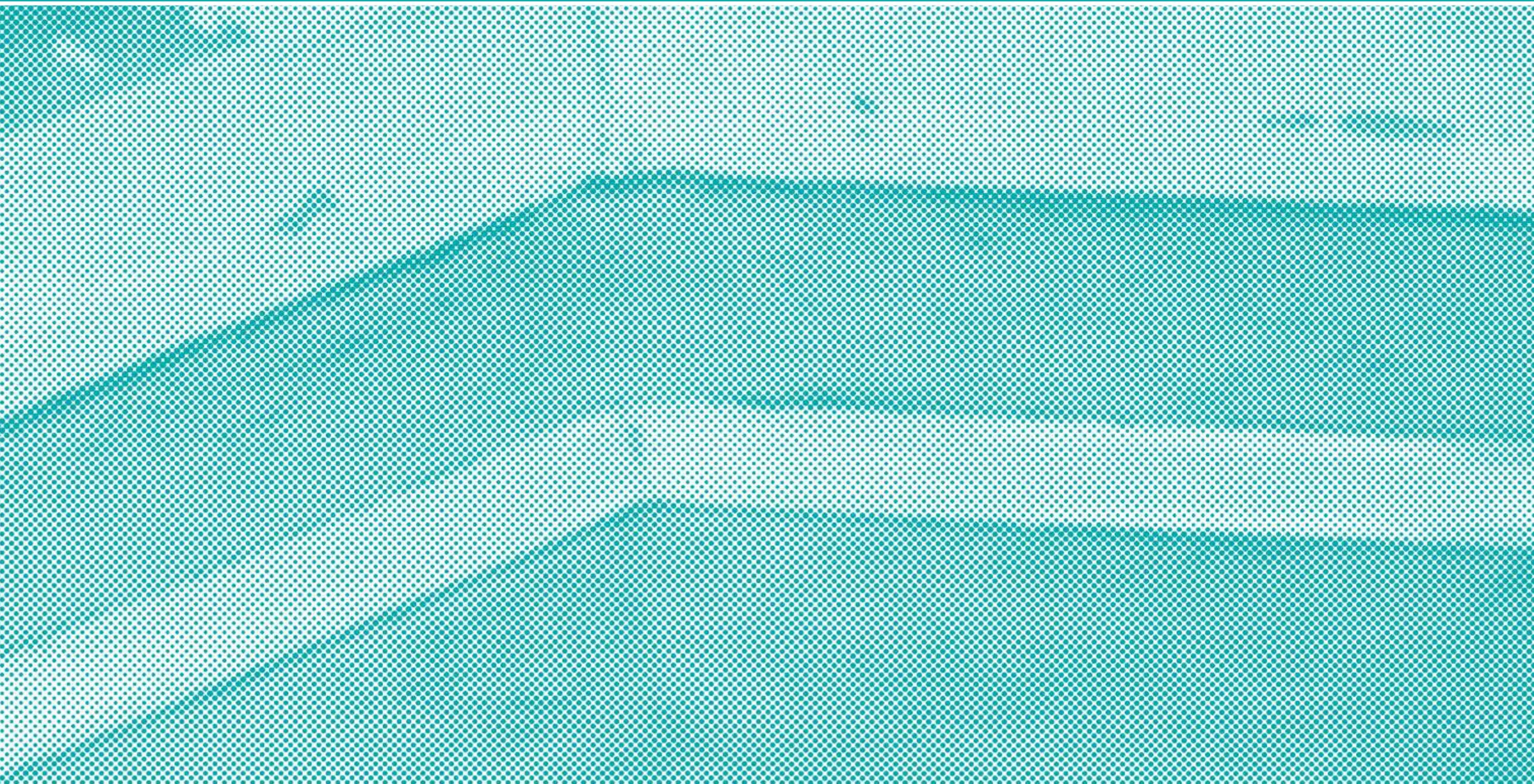
Com o objetivo de promover reflexões sobre qualidade de vida e integrar os colaboradores do Cebraspe, a 1ª Semana de Qualidade de Vida e de Prevenção de Acidentes de Trabalho (SQVT) foi idealizada no quadro do Programa de Saúde e Segurança no Trabalho (PSST) e executada com a Sipat.

Realizadas entre 5 e 9 de dezembro, a SQVT e a Sipat permitiram que os colaboradores usufríssem de atividades voltadas exclusivamente para o bem-estar e a qualidade de vida no ambiente de trabalho. Foram oferecidas palestras sobre os seguintes temas: saúde física e mental, alimentação, importância da atividade física e educação financeira.

Com a ajuda de instituições parceiras, ofertaram-se também: serviços de cuidado com o corpo (*design* de sobrancelhas e limpeza de pele); atividades físicas (aula de ritmos, aula funcional); e avaliações físicas (bioimpedância, *fitness score* e aferição de pressão).

A semana atingiu seu propósito e obteve 520 participações, com média de 22 participantes por atividade.

4 Avaliação e acompanhamento



Avaliação e acompanhamento

Após ter sido aprovado pelo Conselho de Administração do Cebraspe em sua 24ª Reunião, realizada em 26 de fevereiro de 2016, o *Relatório do Contrato de Gestão 2015*, que contém as atividades executadas e as respectivas demonstrações financeiras pertinentes ao Contrato de Gestão nº 001/2014, foi encaminhado ao MEC (Ofício nº 504/2016, de 9 de março de 2016).

A Comissão de Avaliação (CA), instituída pela Portaria MEC nº 654, publicada no DOU de 31 de julho de 2014, e alterada pela Portaria MEC nº 192, publicada no DOU de 8 de abril de 2016, em cumprimento ao disposto no seu art. 3º, reuniu-se nas instalações do Cebraspe, em 19 e 20 de abril de 2016, para avaliar os resultados alcançados no período de janeiro a dezembro de 2015.

4.1 Recomendações constantes de relatórios anteriores da comissão

Após a análise do *Relatório de Gestão 2015* e em face dos esclarecimentos prestados pelo diretor-geral do Cebraspe e pelos demais diretores, a Comissão de Avaliação apresentou as considerações sobre as recomendações dirigidas ao MEC, ao Inep e ao Cebraspe no *Relatório Conclusivo* de 2014.

Ao MEC/Inep/Cebraspe

- I. Rever/adequar o Contrato de Gestão (CG) de acordo com as orientações do Acórdão TCU 3304/2014, com a participação do Núcleo de Coordenação, Supervisão e Acompanhamento das Organizações Sociais/SE/MEC, em especial a elaboração/pactuação de proposta do quadro de metas e indicadores de desempenho para 2015.

Recomendação atendida.

O contrato foi revisto por meio da proposta do 1º Termo Aditivo ao CG, no entanto ele não foi efetivado em virtude da ausência de consenso jurídico.

Ao MEC/Inep

- I. Rever a atual composição desta comissão, considerando a viabilidade de participação das partes contratantes e o equilíbrio entre elas, além da inclusão de especialistas de outras instituições.

Recomendação parcialmente atendida.

Por meio da Portaria MEC nº 192, de 8 de abril de 2016, foram indicados novos representantes para a comissão, no entanto esta comissão reitera a necessidade de equilíbrio entre as partes contratantes e a inclusão de especialistas de outras instituições.

- II. Desenvolver metodologia para apurar a qualidade/efetividade dos estudos elaborados pelo Cebraspe, no intuito de subsidiar a avaliação por esta Comissão.

Recomendação desconsiderada.

Na proposta do 1º Termo Aditivo ao CG, quando da revisão do programa de trabalho para 2015, a elaboração dos planos logísticos foi excluída do plano de ação. Dessa forma, a sistemática de avaliação proposta não necessitaria contemplar metodologia de avaliação desses estudos, diante do novo quadro de indicadores e metas de desempenho.

- III. Agendar reunião extraordinária desta comissão em conjunto com o Cebraspe para apreciação da proposta de quadro de metas e indicadores de desempenho para 2015, que deverá ser utilizado pelo MEC, demais intervenientes e a OS quando for celebrado o termo aditivo ao CG, com previsão de ser assinado no primeiro semestre de 2015.

Recomendação atendida.

Foi realizada a reunião extraordinária da Comissão em 2 de junho de 2015.

4.2 Recomendações constantes do Relatório de Avaliação Conclusivo de 2016, referente às atividades de 2015

Com o intuito de dar continuidade aos procedimentos para a pactuação do 1º Termo Aditivo ao CG, a Comissão de Avaliação registrou em seu *Relatório Conclusivo de*

2015, emitido em 20 de abril de 2016, novas recomendações ao MEC e ao Inep, não tendo sido feita nenhuma recomendação ao Cebraspe.

Ao MEC/Inep

- I. Considerando a emissão do Parecer nº 00005/2016/DEPCONSU/PGF/AGU da Procuradoria Geral Federal – PGF, manifestação do MEC e do INEP em relação aos seus parágrafos 238 a 244.

Ao MEC

- I. Agendar nova reunião tão logo exista posicionamento quanto à celebração do 1º Termo Aditivo ao CG.

Em seu *Relatório Conclusivo de 2016*, referente às atividades de 2015, a Comissão de Avaliação apresentou a seguinte consideração final:

A comissão tomou conhecimento do *Relatório de Gestão 2015* do Cebraspe e, devido a não assinatura do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão no ano passado e, conseqüentemente, a impossibilidade de repasse de recursos, considera prejudicada a avaliação das metas e indicadores. A CA destaca que o saldo financeiro do Contrato de Gestão, apurado em 31 de dezembro de 2015, totalizou R\$ 1.345.203,35, de forma que, durante o exercício passado, a administração do Cebraspe manteve aplicado o saldo apurado em 31 de dezembro de 2014, no montante de R\$ 1.223.010,29.

Após a análise do *Relatório de Gestão 2015* e das Notas Técnicas CGPA/DGP/Inep nº 14, de setembro de 2016, e nº 364/2016/GGLNES/SESU/SESU, o *Relatório de Avaliação Conclusivo* da Comissão de Avaliação foi encaminhado pelo Núcleo de Coordenação, Supervisão e Acompanhamento das Organizações Sociais ao Secretário Executivo Adjunto do MEC para ciência e considerações sobre a avaliação do cumprimento das obrigações, das metas e dos resultados no âmbito da execução do Contrato de Gestão no período de janeiro a dezembro de 2015.

Em 10 de novembro de 2016, o Secretário Executivo Substituto emitiu o seguinte parecer:

Em atendimento ao art. 8º da Lei nº 9.637/1998, e à Cláusula Décima Terceira – Da Fiscalização, do Acompanhamento e da Avaliação de Resultados, do Contrato de Gestão celebrado entre este Ministério e o Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos – Cebraspe, com interveniência da Fundação Universidade de Brasília (FUB) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), e considerando: *i*) o Relatório 2015 da execução do Contrato e o Parecer da auditoria independente sobre a prestação de contas do exercício financeiro, aprovados pelo Conselho de Administração do Cebraspe; *ii*) a avaliação e recomendações da Comissão de Avaliação constituída por especialistas de notória capacidade e adequada qualificação, instituída pela Portaria MEC nº 654, de 30 de julho de 2014, publicada no DOU de 31 de julho de 2014, alterada pela Portaria MEC nº 192, de 6 de abril de 2016, publicada no DOU de 8 de abril de 2016, sobre os resultados e metas anuais atingidas com a execução do instrumento contratual constante do Relatório Conclusivo – período de janeiro a dezembro de 2015; e, *iii*) o pronunciamento do Inep, por meio da Nota Técnica CGPA/DGP/Inep nº 14, de 30 de setembro de 2016, *iv*) o pronunciamento da Coordenação Geral de Legislação e Normas da Educação Superior, por meio da Nota Técnica Nº 364/2016/CGLNES/GAB/SESU/SESU, de 25 de outubro de 2016; e, *v*) a Nota Técnica nº 20/2016/CGSOS/SE, de 10 de novembro de 2016, considero cumpridas as obrigações e metas no período de janeiro a dezembro de 2015 do referido Contrato de Gestão celebrado com o Cebraspe, Organização Social qualificada por força do Decreto nº 8.078, de 19 de agosto de 2013.

5

Informações contábeis



Informações contábeis

5.1 Informações financeiras e contábeis

Como se pode verificar pelos exercícios sociais discriminados na tabela 1, os recursos financeiros provindos do Contrato de Gestão firmado com o Inep mantiveram-se em desuso. Constata-se, diante disso, apenas

a recuperação, no período discriminado, do saldo inicialmente disponível acrescido dos rendimentos obtidos com a aplicação em renda fixa desse valor, alocado em conta bancária específica para essa finalidade.

Tabela 1 – Valores decorrentes do Contrato de Gestão (R\$)

Fonte	2014	2015	2016
Saldo do exercício anterior	-	1.223.010,29	1.345.203,35
Entradas	2.324.419,20	-	-
Saídas	1.217.941,80	-	-
Receita financeira líquida	116.532,89	122.193,06	177.455,27
Total	1.223.010,29	1.345.203,35	1.522.658,62

Fonte: Controladoria.

Os ganhos auferidos na rubrica contábil “Receita de prestação de serviços” (tabela 2) expandiram-se em 18,59%, ainda que as regras de contratação praticadas pela Administração Pública estabelecessem como ideal a modalidade licitatória “menor preço”. Nessa senda, a respeito do montante faturado, destaca-se o percentual de 82,37%, obtido com a organização dos eventos INSS e Enem.

Por outro lado, na conta contábil “Outras receitas operacionais”, evidencia-se como expressiva a recuperação financeira de valores considerados incobráveis, provenientes de glosas anteriormente indagadas e retidas pelos contratados, mas que posteriormente foram solucionadas e disponibilizadas financeiramente em favor da organização. A importância foi de R\$ 468.404,19.

Tabela 2 – Receitas 2015-2016 (R\$)

Receitas	2015	2016
Receita do Contrato de Gestão	-	-
Receita de prestação de serviços	391.965.794,58	464.850.943,17
Outras receitas operacionais	38.827,62	642.290,10
Total	392.004.622,20	465.493.233,27

Fonte: Controladoria.

Os gastos dispendidos nos exercícios analisados, tanto nas rubricas de custo quanto nas de despesas (tabelas 3 e 4, respectivamente), apresentaram contrastes econômicos evolutivos. Ainda que houvesse a otimização dos custos incorridos nesse período, verifica-se que, na organização dos eventos Enem e INSS, o centro desembolsou R\$ 157.391.255,72 e R\$ 18.581.178,57, respectivamente, o que representou 62,65% dos gastos de 2016.

As despesas incorridas cresceram em consequência da admissão de pessoal e do aumento de gastos relativos à manutenção da atividade-meio e ao estabelecimento do contrato de cessão onerosa com a FUB. Os *royalties* decorrentes desse contrato incidem sobre a receita líquida auferida pelo centro e importaram, em 2016, em expensas de R\$ 61.419.574,77, com percentual de R\$ 35,31% sobre o total das despesas.

Tabela 3 – Custos 2015-2016 (R\$)

Receitas	2015	2016
Aluguéis, telefone, água, luz etc.	20.451.081,75	14.623.469,96
Pessoal e encargos sociais	5.068.798,95	5.139.213,57
Diárias e passagens	3.773.160,23	6.686.823,27
Materiais, suprimentos e serviços	272.761.617,51	254.414.936,03
Total	302.054.658,44	280.864.442,83

Fonte: Controladoria.

Tabela 4 – Despesas operacionais 2015-2016 (R\$)

Tipo de Despesa	2015	2016
Aluguéis, telefone, água, luz etc.	1.323.094,11	3.013.134,13
Pessoal e encargos sociais	42.376.158,81	52.488.576,61
Diárias e passagens	30.891,27	112.788,27
Materiais, suprimentos e serviços	20.178.937,27	26.695.285,59
Despesas tributárias	107.164,00	19.212,93
Despesas gerais	3.906.755,77	91.404.054,86
Outras	7.042,01	195.566,51
Total	67.930.043,24	173.928.618,90

Fonte: Controladoria.

O capital de giro alcançado em 2016 (tabela 5) é satisfatório para o desembolso das obrigações de curto e longo prazos, bem como são satisfatórios os investimentos aplicados em renda fixa, indispensáveis para futuros projetos aventados pela

administração. É oportuno dizer que são mantidas regularmente tratativas com as instituições financeiras elencadas na tabela a seguir, com o objetivo de renegociar tarifas e fixar serviços bancários apazíveis para a organização.

Tabela 5 – Saldos em contas bancárias (R\$)

Banco	Agência	Conta	Saldo em 31/12/2015	Saldo em 31/12/2016
Banco do Brasil	1607-1	6313-4	19.278.869,49	733.531,48
Banco do Brasil	1607-1	6312-6	13.348,94	3.879.738,12
Banco do Brasil	1607-1	6340-1	4.472.345,57	116.712.534,11
Banco do Brasil	1607-1	6311-8	1.345.203,35	1.522.658,62
Itaú	3311	17.668-3	458.594,99	6.631,31
Caixa Econômica Federal	1297-1	133-7	349.167,02	567.161,11
Bradesco	1228-9	348-4	5.091.682,13	42.489,21
Santander	3678-1	13003248-9	382.540,11	-159,35
Total			31.391.751,60	123.464.584,61

Fonte: Controladoria.

5.2 Parecer da auditoria independente

Demonstrações Financeiras

Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos - CEBRASPE

31 de dezembro de 2016 e 2015

Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos - CEBRASPE

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras..... 1

Demonstrações financeiras auditadas

Balanco patrimonial..... 5
 Demonstração do superávit..... 6
 Demonstração do resultado abrangente 7
 Demonstração das mutações do patrimônio líquido..... 8
 Demonstração do fluxo de caixa..... 9
 Notas explicativas às demonstrações financeiras..... 10



Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos
Administradores e Conselheiros do
**Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos
- CEBRASPE**
Brasília-DF

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis do Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos ("Centro"), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

Realizamos o procedimento de confirmação dos saldos junto aos clientes do Centro em 31 de dezembro de 2016 e não recebemos todas as respostas solicitadas nas nossas cartas de confirmação (circularização). Adicionalmente, identificamos divergências nos saldos respondidos quando comparados com os saldos registrados na contabilidade naquela data. Não nos foi possível, nas circunstâncias, efetuarmos procedimentos alternativos de auditoria que nos possibilitassem concluir quanto à adequação dos valores de clientes, bem como das receitas relacionadas, registrados em 31 de dezembro de 2016.

Conforme apresentado na nota 7, em 31 de dezembro de 2016 o Centro possui tributos a serem recuperados no montante de R\$ 5.314 mil. O Centro não nos apresentou um estudo demonstrando a possibilidade de recuperabilidade desses tributos. Como consequência, não foi possível aplicarmos procedimentos adicionais de auditoria que nos permitissem concluir sobre a adequação daqueles valores naquela data. As demonstrações contábeis apresentadas não contemplam quaisquer ajustes referentes a este tema. Adicionalmente, o Centro efetua a retenção e o recolhimento do ISS dos prestadores de serviços somente no Distrito Federal, independentemente do local onde são prestados os serviços.

1



Conforme descrito nas notas explicativas 8 e 13, a Fundação Universidade de Brasília – FUB cedeu de forma onerosa diversos bens para o Centro. Ocorre que até a presente data, o contrato de cessão onerosa do ativo imobilizado não foi formalizado entre as partes. Durante o exercício de 2016 o Centro formalizou o instrumento contratual de cessão onerosa de ativos intangíveis com a Fundação Universidade de Brasília – FUB, ocasionado uma despesa no montante de R\$ 61.420 mil no exercício de 2016. A referida despesa contempla a utilização do exercício atual, bem como dos exercícios anteriores. Não foi possível formar uma opinião quanto à adequação dos valores registrados no ativo imobilizado, nas obrigações com entidades governamentais no passivo não circulante e no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016, bem como das despesas registradas nos exercícios de 2016 e 2015. O Centro não efetuou o levantamento da vida útil-econômica remanescente desses bens registrados no seu ativo imobilizado, bem como não realizou os testes de recuperabilidade daqueles ativos registrados em 31 de dezembro de 2016.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 13 às demonstrações financeiras, que descreve sobre os recursos do Contrato de Gestão formalizado entre o Centro e o Ministério da Educação (MEC), órgão supervisor do contrato. O Centro não recebeu os recursos em conformidade com o cronograma estabelecido no Contrato de Gestão. O superávit econômico apresentado no exercício foi obtido exclusivamente dos contratos firmados com terceiros interessados para realização e organização de eventos e concursos próprios do objeto estatutário do Centro.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram anteriormente auditadas por nós e emitimos o relatório datado em 19 de fevereiro de 2016, contendo as seguintes qualificações técnicas: i) limitação de escopo quanto a impossibilidade de opinar sobre salários e encargos sociais, despesas com pessoal, caixa e equivalente de caixas, clientes, fornecedores, ativo imobilizado, contingências trabalhistas e receitas de prestação de serviços.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do centro é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Gestão.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório de Gestão e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

2





Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Gestão e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Com base no trabalho realizado no Relatório de Gestão, não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Centro continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Centro ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Centro são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

3



Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Centro.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Centro. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Centro a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 08 de fevereiro de 2017.

MRP AUDITORIA & CONSULTORIA S/S
CRC DF-001326/O-4


Ricardo da Silva Farias Passos
Contador CRC DF-015504/O-2

4



Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos - CEBRASPE

Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em Milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	3	123.466	31.392
Clientes	4	150.953	148.363
Estoques	5	2.139	1.679
Adiantamento de terceiros	6	875	140
Impostos e tributos a recuperar	7	5.314	982
Outros créditos		279	1.056
		<u>283.026</u>	<u>183.612</u>
Não circulante			
Depósitos judiciais		628	476
Imobilizado próprio	8	12.985	8.688
Imobilizado cedido	8	5.861	10.760
		<u>19.474</u>	<u>19.924</u>
		<u>302.500</u>	<u>203.536</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	2016	2015
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	9	76.398	2.610
Salários e encargos sociais	10	4.619	16.646
Obrigações fiscais	11	529	497
Provisão para contingências	12	77	740
Contrato de Gestão	13	1.285	1.106
		<u>82.908</u>	<u>21.599</u>
Não circulante			
Fornecedores	14	2.673	-
Adiantamento de Clientes	15	9.984	-
Provisão para contingências	12	5.546	170
Obrigações com Entidades Governamentais		9.191	-
		<u>27.394</u>	<u>170</u>
Patrimônio Social			
Patrimônio Social - com restrição	16	-	10.759
Superávit acumulado		192.198	171.008
		<u>192.198</u>	<u>181.767</u>
		<u>302.500</u>	<u>203.536</u>

Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos - CEBRASPE

Demonstração do superávit

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em Milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
Receitas			
Receitas sem restrição - Serviços	17	465.493	392.005
Custos	18	(280.864)	(302.055)
Superávit bruto		<u>184.629</u>	<u>89.950</u>
Despesas operacionais			
Pessoal e encargos sociais e assistenciais	18	(52.530)	(42.376)
Utilidades e serviços		(25.911)	(20.179)
Despesas gerais		(95.488)	(5.374)
		<u>(173.929)</u>	<u>(67.929)</u>
Superávit antes da receitas e despesas financeiras		<u>10.700</u>	<u>22.021</u>
Despesas e receitas financeiras, líquidos		7.950	(5.476)
Superávit líquido do exercício		<u><u>18.650</u></u>	<u><u>16.545</u></u>

6

Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos - CEBRASPE

Demonstração do Resultado Abrangente

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em Milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
Superávit Líquido do exercício	19	<u>18.650</u>	<u>16.545</u>
Outros resultados abrangentes		2.540	-
Total dos resultados abrangentes do período		<u><u>21.190</u></u>	<u><u>16.545</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

7

Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos - CEBRASPE

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em Milhares de Reais)

Nota	Patrimônio social	Superávit acumulado	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2013	-	-	-
Integralização do Patrimônio Social	16.398	-	16.398
Superávit Líquido do exercício	-	86.635	86.635
Saldos em 31 de dezembro de 2014	16.398	86.635	103.033
Ajustes de integralização do patrimônio social	(5.639)	-	(5.639)
Ajustes de exercícios anteriores	-	67.828	67.828
Superávit Líquido do exercício	-	16.545	16.545
Saldos em 31 de dezembro de 2015	10.759	171.008	181.767
Ajustes de integralização do patrimônio social	(10.759)	-	(10.759)
Ajustes de exercícios anteriores	-	2.540	2.540
Superávit Líquido do exercício	-	18.650	18.650
Saldos em 31 de dezembro de 2016	-	192.198	192.198

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos - CEBRASPE

Demonstração do fluxo de caixa

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em Milhares de Reais)

	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit líquido do exercício	18.650	16.545
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Despesas de Depreciações e Amortizações	5.431	-
Outros ajustes	-	910
Ajuste de exercícios anteriores	2.540	67.828
Variações nos ativos	(7.492)	6.155
Aumento e redução de clientes	(2.590)	8.632
Aumento de estoques	(460)	(1.679)
Aumento e redução de adiantamento de terceiros	(735)	369
Aumento de tributos a recuperar	(4.332)	(726)
Diminuição e aumento de outros créditos	777	(441)
Aumento de Depósitos Judiciais	(152)	-
Variações nos passivos	65.117	(99.919)
Aumento de fornecedores	77.112	261
Aumento e redução de salários e encargos sociais	(12.027)	(90.390)
Aumento e redução de obrigações fiscais	32	(9.790)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	84.246	(8.481)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições de imobilizado e intangível, líquidos	(4.829)	(8.605)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	(4.829)	(8.605)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Fornecedores	2.673	-
Adiantamento de Clientes	9.984	-
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de financiamentos	12.657	-
Aumento nas disponibilidades	92.074	(17.086)
Caixa no início do exercício	31.392	48.478
Caixa no final do exercício	123.466	31.392
Aumento nas disponibilidades	92.074	(17.086)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos – Cebraspe

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2016. (Valores expressos em Milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe) trata-se de uma associação civil, sem fins lucrativos, com sede em Brasília/DF, inscrita no CNPJ sob o n.º 18.284.407/0001-53 e reconhecida estatutariamente pelo Conselho de Administração com registro cartorário no 2.º Ofício de Registros de Pessoas Jurídicas, deste distrito, por intermédio das inscrições n.º 000082416, n.º 000082415 e n.º 000087661, respectivamente, estabelecendo a finalidade e os objetivos sociais desta entidade, pertinentes ao fomento, à promoção do ensino e da pesquisa científica e no desenvolvimento tecnológico e institucional.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das principais práticas contábeis

2.1 Base de preparação: as demonstrações financeiras em harmonia com as práticas contábeis adotadas no Brasil, relativa à Resolução CFC n.º 1.409/12 (ITG n.º 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros), são de responsabilidade desta Administração.

Essas demonstrações foram elaboradas em função das inúmeras formas de avaliações aplicadas sobre estimativas contábeis. Essas estimativas são disciplinadas em fatores objetivos e subjetivos, como base de entendimento para definição do valor oportuno a ser registrado. Dentre os itens consideráveis suscetíveis a esses registros contábeis destacam-se a aplicação do prazo de vida útil dos bens do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, bem

10

como a probabilidade dos demais riscos contingenciais para determinação das despesas, quando admissível.

A adoção das práticas contábeis, frequentemente, empregadas na elaboração das demonstrações financeiras estão delimitadas a seguir. Essas definições são abordadas de modo substancial no período indicado, salvo disposição em contrário.

2.2 Caixa e equivalente de caixa: são recursos financeiros de liquidez moderada, com o propósito de desembolsar dívidas de curto e longo prazos, auferir ganhos financeiros sobre os valores mobiliários investidos e o faturamento emitido, além da utilização prudente em outras obrigações administrativas previstas estatutariamente. Para isso, é necessário atender relativamente a três requisitos: ser financeiramente disponível em curto prazo, ter liquidez imediata e exprimir insignificante risco de mudança de valor.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as convenções contábeis aceitas no Brasil recomenda que esta Administração utilize de entendimentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos às estimativas e às premissas contábeis admitem valor residual do ativo imobilizado, perda para redução ao valor recuperável de ativos, perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa, perdas de contingenciamento operacional, mensuração de instrumentos financeiros básicos e outros direitos e obrigações relacionados a benefícios laborais. Relevante notar que este Centro reavalia anualmente as estimativas e as premissas apontadas.

O procedimento de elaboração das demonstrações financeiras análogo as entidades sem fins lucrativos exigem que a Administração faça uso de instrumentos formais técnico-científicos concernentes aos valores apurados das receitas, das despesas, dos ativos e dos passivos mencionados nessas demonstrações e em notas explicativas.

2.4 Instrumentos financeiros básicos: Ativos financeiros são, previamente, reconhecidos pelo seu valor justo decorrentes do resultado, de investimentos em valores mobiliários mantidos até o vencimento, de empréstimos bancários e contas a receber e de ativos disponíveis para venda.

11

Dentre os tipos de ativos financeiros presentes nesta entidade incluem-se o caixa e os equivalentes de caixa, as aplicações financeiras e os direitos contratuais a receber.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Organização avalia durante o encerramento das demonstrações financeiras se decorreu, em alguma etapa, a evidência concreta de desvalorização econômica (recuperação) do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros.

Terminantemente, o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros, considera-se não recuperável quando houver indicação de ausência de recuperação do resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (um evento de perda incorrida) e essa perda tenha influência no fluxo de caixa estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente presumido.

Passivos financeiros

Essas obrigações financeiras são reconhecidas a valor justo, de maneira similar ao ativo financeiro. Por conseguinte, essa acepção envolve as obrigações deste Centro com terceiros interessados, os quais destacam-se os fornecedores de mercadorias e serviços, as obrigações trabalhistas e tributárias, entre outras.

Instrumentos derivativos

O Cebraspe não efetivou, neste exercício ou em períodos anteriores, frente às Instituições Financeiras, transações especulativas no mercado financeiro que motivassem a aquisição de instrumentos financeiros com vistas a almejar ganhos financeiros.

2.5 Imobilizado: o valor contábil dos bens integrantes do ativo imobilizado está escriturado pelo custo de aquisição do bem, deduzido das depreciações acumuladas, durante o seu uso. O encargo de depreciação, opcionalmente, é calculado pelo método linear, sendo que às taxas anuais são consideradas sobre a vida útil-econômica desses bens. Este Centro não constatou hipóteses de desvalorização do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

Um item do imobilizado é baixado de seu estoque pela oportunidade de sua venda ou quando não houver possibilidade de almejar benefícios econômicos futuros com a sua utilização ou alienação. O ganho ou a perda eventual decorrente do bem tangível (calculado pela diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do bem) são registrados na demonstração do resultado do período em que ele for desativado.

Tanto o valor residual quanto a vida útil remanescente do bem, assim como, os métodos de depreciação aplicados são revistos durante o encerramento do exercício social, e ajustados de forma compatível, quando for o caso.

2.6 Recursos vinculados ao Contrato de Gestão: os recursos financeiros submetidos ao Contrato de Gestão estão centralizados em conta bancária específica. Contabilmente, controla-se essa movimentação em subcontas do ativo e do passivo, respectivamente. Tendo em vista a responsabilidade deste Centro pela custódia desses valores, posteriormente, será concedida a sua realização no instante em que as cláusulas contratuais pactuadas determinarem o cumprimento das metas fixadas.

2.7 Passivos circulantes e não circulantes: as obrigações vencíveis até o exercício social seguinte são escrituradas no grupo do passivo circulante. Portanto, nesse grupo enfatizam-se, além dos compromissos com terceiros interessados, as provisões trabalhistas e os seus encargos sociais constituídos mensalmente, em atendimento ao princípio contábil da competência, para fixação dos gastos laborais com férias e gratificações natalinas incorridas.

Enquanto isso, as obrigações vencíveis após o exercício social seguinte, pertencentes ao grupo do passivo não circulante caracterizam-se de valores conhecidos ou calculáveis e, quando possível, acrescidos dos juros e das atualizações monetárias permissíveis.

2.8 Provisões: diz respeito aos passivos com prazos e valores incertos. O Cebraspe possui exigibilidades correntes, em consequência de eventos passados, sendo aconselhável o reconhecimento dessa estimativa a fim de evidenciar no patrimônio desta entidade as hipóteses e as perspectivas dos fatos litigados em juízo

Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

O Cebraspe é parte acusada em inúmeros processos judiciais. Em vista disso, as provisões dessas naturezas contábeis são constituídas para dar conhecimento à Administração, dos passivos contingentes cuja probabilidade de ocorrência é possível, pecuniariamente, ora em curto prazo, ora em longo prazo, em seu patrimônio por intermédio do objeto pleiteado pela parte autora. A materialização dessa probabilidade é explícita e aparente nas disposições legais, jurisprudenciais e nas demais legislações em vista das decisões magistrais, futuramente.

Diante disso, é de se dizer que as ações cíveis são objetivadas pelo acusador a respeito da garantia dos serviços prestados a este Centro notadamente em eventos, no qual questionou-se a integridade e a validade deles. Enquanto que, os riscos trabalhistas demandados advém de indagações concernentes a parcialidade dos proventos não obtidos naquele período laborado.

2.9 Apuração do Superávit ou Déficit: é o resultado apurado no confronto das Receitas, dos Custos e das Despesas, do período em análise, pelo princípio contábil da competência, ocasionando-se em *superávit* ou em *déficit*. Segundo o CPC n.º 00, a receita evoca benefícios econômicos, sob a forma da entrada de recursos ou do aumento de ativos ou diminuição de passivos, que impactam em acréscimos no patrimônio social, e que não estejam relacionados com a contribuição dos detentores dos instrumentos patrimoniais. Enquanto que os Custos e as Despesas são decréscimos nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma da saída de recursos ou da redução de ativos ou assunção de passivos, que resultam em redução do patrimônio social.

2.10 Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes: referente aos demais ativos integrados ao balanço, é provável que seu benefício econômico futuro seja alcançado e o seu custo possa ser mensurado com segurança.

Enquanto que, um passivo inserido no balanço possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico esteja disponível para liquidá-la. As provisões são escrituradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação se realize nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.11 Tributação: em se tratando de uma associação civil, sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social, nos termos da Lei n.º 9.637/1998, suas atividades estão voltadas para o desenvolvimento educacional e de pesquisa, motivo pelo qual é conferida a isenção tributária.

Caso não obtivesse o benefício fiscal, as receitas oriundas da prestação de serviços estariam sujeitas à tributação, com as seguintes alíquotas:

Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	2,00%
Programa de Integração Social - PIS	1,65%
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	7,60%

A alíquota incidente sobre o ISS encontra-se expressa em legislações específicas de competência municipal onde o serviço foi executado pelo prestador de serviço. Quanto ao PIS e à COFINS, as alíquotas citadas vinculam-se ao regime tributário da não-cumulatividade. Nesse grupo de tributos a base de cálculo é o faturamento e outros ganhos que estejam relacionados aos seus respectivos fatos geradores.

Por outro lado, a tributação do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) incidem sobre o lucro líquido, uma vez que a receita bruta anual auferida legitimaria como lucro real. Para isso, registra-se no livro de apuração do lucro real (LALUR) as receitas e as despesas, dedutíveis ou indedutíveis, necessárias à apuração das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL. No IRPJ, sobre a base de cálculo constituída calcula-se o tributo pela alíquota de 15% e, excepcionalmente utiliza-se o adicional de 10% caso os lucros líquidos anuais excedentes à R\$240 mil anual ou R\$ 20 mil mensal. Enquanto que na CSLL aplica-se a alíquota de 9%.

2.12 Demonstração dos fluxos de caixa: A demonstração dos fluxos de caixa foi concebida e disciplinada em conformidade com o CPC n.º 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3 Caixa e equivalentes de caixa

O saldo da rubrica contábil "caixa e equivalentes de caixa" abrangem os depósitos bancários e as aplicações financeiras de renda fixa.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Depósitos bancários a vista – sem restrição	5.182	372
Depósitos bancários a vista – com restrição	-	6
Aplicações financeiras – sem restrições	116.761	29.675
Aplicações financeiras – com restrições	<u>1.523</u>	<u>1.339</u>
	<u>123.466</u>	<u>31.392</u>

Depósitos bancários a vista e Aplicações financeiras com restrições derivam de repasses de recursos do Contrato de Gestão firmado com o INEP/MEC, que são, contabilmente, demonstrados de forma segregada em atendimento aos preceitos contábeis vigentes.

As aplicações financeiras desta entidade possuem liquidez imediata, podendo ser resgatadas, em qualquer momento, em função da insuficiência de fundos em caixa ou em conta bancária movimento.

Cabe ressaltar, que neste exercício social, o acréscimo de recursos financeiros nessa rubrica foi significativo, em razão do recebimento de valores dos direitos contratuais estabelecidos, afora os rendimentos obtidos sobre as quantias aplicadas em renda fixa. Enquanto isso, os dispêndios pecuniários percebidos em contas de movimentação financeira denotam da manutenção dos gastos necessários à atividade operacional prevista orçamentariamente. Outrossim, é de se dizer que os índices de liquidez apurados apresentam-se satisfatórios para tomada de decisões futuras em prospecções de investimentos.

4 Clientes

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Duplicatas a receber	<u>150.953</u>	<u>148.363</u>
	<u>150.953</u>	<u>148.363</u>

Os direitos creditórios desinentes dos contratos firmados com as partes devedoras, no qual este Centro é o beneficiário exclusivo, acarretou, em curto prazo, o retorno da maioria das quantias efetivamente faturadas neste período. Por outro lado,

excepcionalmente, tornaram-se incobráveis as importâncias prometidas por alguns clientes e, dessa forma, coube a esta Administração deliberar pelo reconhecimento da perda estimada de crédito de liquidação duvidosa (PECLD), dado que a contratada inferiu que tais valores não condiziam com os requisitos estabelecidos, contratualmente, nas cláusulas pactuadas. É de se verificar que as disposições contidas no CPC n.º 30 permitiu o reconhecimento parcial das receitas ocorridas (conforme cronograma) e não faturadas sobre os serviços prestados, produzindo no patrimônio, acréscimo em direitos e no resultado líquido do exercício.

5 Estoques

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Almoxarifado	<u>2.139</u>	<u>1.679</u>
	<u>2.139</u>	<u>1.679</u>

Os bens materiais alocados no almoxarifado desta entidade são compostos em sua essência de materiais de limpeza e de expediente. Ratifica-se o aumento no quantitativo de bens e na aquisição de outros bens em função da contratação de colaboradores permanentes e temporários, assim como, pelas propostas orçamentárias precificadas para consumo desses bens em concursos e eventos promovidos por este Centro. Contudo, é perceptível nessa variação periódica a oscilação de preços na obtenção dos bens, motivado pela inflação do período.

6 Adiantamento a terceiros

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Adiantamento a fornecedores	<u>875</u>	<u>140</u>
	<u>875</u>	<u>140</u>

A excessiva elevação nos saldos contábeis dessas rubricas proveio dos recursos financeiros antecipados aos fornecedores de bens e de serviços.

7 Impostos e tributos a recuperar

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
PIS a recuperar	4	4
COFINS a recuperar	18	18
IRRF a recuperar	14	14
CSLL a recuperar	7	7
ISS a recuperar	1	80
IRRF retido na fonte	46	859
ISS retido na fonte	4.320	-
IR s/ Aplicação Financeira	859	-
PCC Retido na Fonte	45	-
	<u>5.314</u>	<u>982</u>

Os tomadores de serviços (partes contratadas), cautelosamente, retiveram os tributos incidentes sobre o faturamento emitido, sem que houvesse por parte deles a observância dos benefícios fiscais conferidos a esta entidade na dispensa dessas retenções. Ainda que a isenção tributária seja garantida a este Centro, esses valores descontados são passíveis de compensação tributária desde que esses sejam utilizados nesses ou naqueles tributos administrados pelos órgãos da administração tributária direta específica. Conseqüentemente, evidenciam-se outros montantes cuja relevância sinaliza no IRRF sobre o rendimento de aplicação financeira o saldo de R\$ 859 mil, no ISSQN o saldo de R\$ 4.320 mil e no PIS/COFINS/CSLL o saldo de R\$ 45 mil. Para isso, a compensação ou a restituição tributária desses créditos, somente, será conferida se houver pedidos de requisições administrativas perante as repartições tributárias competentes ou por meio da esfera judicial onde o objeto pleiteado assegure a recuperabilidade da importância retida.

8 Imobilizado

O Ativo Imobilizado está demonstrado, abaixo, pelo valor contábil dos bens, deduzido do custo de aquisição e dos encargos de depreciação.

	Taxa - %	<u>2015</u>	Aquisições	Baixas	Depreciação	<u>2016</u>
Ativo imobilizado - próprio						
Móveis e Utensílios	10%	388	11	-	(43)	356
Máquinas e equipamentos	10%	882	910	-	(161)	1.631
Equipamentos de informática	20%	7.418	5.370	-	(1.881)	10.907
Benfeitoria em Prop.Terceiros		-	94	(94)	-	-
Edificações e Instalações	4%	-	94	-	(3)	91
		<u>8.688</u>	<u>6.479</u>	<u>(94)</u>	<u>(2.088)</u>	<u>12.985</u>

18

Ativo imobilizado - cedido						
Móveis e Utensílios	10%	2.480	-	(1.389)	(184)	907
Máquinas e equipamentos	10%	2.786	898	(112)	(614)	2.958
Equipamentos de informática	20%	5.219	445	(2.256)	(1.598)	1.810
Veículos	10%	275	-	-	(89)	186
		<u>10.760</u>	<u>1.343</u>	<u>(3.757)</u>	<u>(2.485)</u>	<u>5.861</u>
		<u>19.448</u>	<u>7.822</u>	<u>(3.851)</u>	<u>(4.573)</u>	<u>18.846</u>

Como se pode notar, o "Ativo imobilizado – próprio" são compostos por bens de propriedade desta entidade para uso nas atividades operacionais. O aumento da capacidade produtiva acarretou a aquisição de outros bens, previstos orçamentariamente, para atendimento das demandas setoriais. Excepcionalmente, este Centro faz uso da posse parcial dos bens pertencentes à Fundação Universidade de Brasília (FUB), "Ativo imobilizado – cedido", mediante contrato de gestão, a ser firmado pelas partes, sendo que entre estas e aquelas imobilizações mantiveram-se presentes os institutos contábeis da depreciação ou da amortização sobre os bens utilizados.

9 Fornecedores

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Fornecedores	<u>76.398</u>	<u>2.610</u>
	<u>76.398</u>	<u>2.610</u>

As obrigações consecutivas dos gastos operacionais incorridos, neste Centro, serão desembolsadas, financeiramente, nos meses subsequentes em decorrência desses compromissos figurarem no curto prazo. Dentre essas, cabe acentuar a exigibilidade constituída, neste ano, mediante a pactuação de instrumento contratual de "cessão onerosa de Ativos Intangíveis" com a FUB, remunerados por esta entidade à contratada por meio de "royalties" sobre a sua receita líquida recebida cuja despesa econômica importou a quantia de R\$ 61.420 mil.

19

10 Salários e encargos sociais

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Salários e encargos a pagar – Pessoal	115	4.729
Servidores cedidos	-	603
Autônomos	-	8.223
Provisões trabalhistas	4.504	3.091
	<u>4.619</u>	<u>16.646</u>

As obrigações trabalhistas são características das remunerações laborais conferidas aos trabalhadores celetistas e requisitados da Administração Pública. Desses valores inclusos ao saldo integram-se, também, os tributos e os encargos sociais sobre as folhas de pagamentos apuradas. Reitera-se que as remunerações fixadas aos colaboradores são compatíveis com as atividades realizadas, previstas em orçamento e dispostas na convenção coletiva vigente, ainda que, neste período houvera, também, a correção dos proventos salariais firmados em acordo pela categoria profissional em 7,38%. Vale ratificar que são calculados, mensalmente, sobre esses proventos as estimativas sobre férias e 13.º salário com base na proporção de 1/12.

Importante salientar que a movimentação e a redução de saldo constatadas nos períodos em análise justifica-se pela transferência mensal desses valores apurados para rubrica contábil de "fornecedores colaboradores", com desembolso financeiro no mês seguinte, enquanto que, os saldos restantes da rubrica em análise constituem-se das estimativas ora citadas e de outros valores pendentes de regularização.

11 Obrigações fiscais

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Obrigações fiscais	529	497
	<u>529</u>	<u>497</u>

Essa rubrica é constituída pela retenção de tributos e de encargos sociais incidentes sobre a prestação de serviços da pessoa jurídica e da pessoa física. A oscilação de saldo contábil entre os períodos analisados é compreensível, dado que, neste período, aconteceram obrigações a pagar vinculados aos eventos e concursos ocorridos, sendo que, esses pagamentos sucederão no mês subsequente.

20

12 Provisão para contingência**Curto Prazo**

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Provisões cíveis	77	740
	<u>77</u>	<u>740</u>

A diminuição evidente nessa rubrica, entre os períodos analisados, motivou a reclassificação parcial do saldo anteriormente constituído em provisões cíveis, neste exercício social, para outra rubrica de igual natureza, em longo prazo, de forma a estabelecer a prudência momentânea entre as estimativas de gastos de possível ocorrência material.

Longo Prazo

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Provisões cíveis	1.507	-
Provisões trabalhista	4.039	170
	<u>5.546</u>	<u>170</u>

O acréscimo nesses saldos, entre os intervalos analisados, trouxe uma variação significativa, não somente pela reclassificação de valores oriundos dessa rubrica idêntica em curto prazo, como também, pela constituição de provisões de natureza trabalhista originada de ações protocoladas sob judice.

13 Contrato de Gestão

O Contrato de Gestão do Cebraspe é o instrumento pelo qual o Ministério da Educação (MEC), órgão supervisor do contrato, realiza os repasses de recursos financeiros em conformidade ao plano de trabalho do Cebraspe.

O ingresso dos recursos desse Contrato é registrado em conta corrente distinta no ativo deste Centro, tendo contrapartida contábil, conta específica do passivo circulante.

21

À medida que os projetos são executados, as obrigações paralelas a eles são baixadas e a respectiva receita apropriada ao resultado do exercício.

Com fundamento no acordo, ajustado em 17 de março de 2014, o MEC, deverá transferir a esta entidade o montante de R\$ 8.135 mil, no intervalo compreendido entre 2014 a 2019. No exercício de 2014, foram creditados o valor total de R\$ 2.324 mil, para as atividades de gestão de programas, projetos de apoio técnico e logístico para subsidiar sistemas de avaliação educacional. Enquanto que, nos exercícios de 2015 e 2016 não efetivou-se a proposição de valores.

Assim sendo, convém ressaltar que, em 31 de dezembro de 2016, o saldo dessa rubrica corresponde a R\$ 1.522 mil, dispostos em aplicação financeira de renda fixa.

14 Fornecedores

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Fornecedores	<u>2.673</u>	-
	<u>2.673</u>	<u>-</u>

Trata-se da devolução pecuniária realizada pelos Correios (ECT) em favor deste Centro, mediante convênio firmado, para pagamento aos autônomos contratados e não correntistas, sendo que esses não resgataram no período designado a quantia devida, cuja custódia de permanência estabelecida pela conveniada é de 365 dias contados da transferência da remessa financeira. Dessa forma, esta entidade manterá, a longo prazo, nessa rubrica, as quantias disponibilizadas, salvo se o prestador de serviço requisitar-lhe o direito de saque ou, do contrário, seguirá os ditames prescricionais da decadência contratual descritas no Código Civil vigente.

15 Adiantamento de Clientes

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Adiantamento de Clientes	<u>9.984</u>	-
	<u>9.984</u>	<u>-</u>

São os valores arrecadados pelo Cebraspe provenientes das taxas de inscrições pagas pelos candidatos e expostas nos editais de publicação para realização dos concursos públicos e demais avaliações, mantidas contabilmente nessa rubrica, e faturadas, posteriormente, em favor da contratante, após cumpridas as condições editalícias.

16 Patrimônio Social

O patrimônio social, preliminarmente, foi constituído pela parcialidade de bens pertencentes à Fundação Universidade de Brasília (FUB), para o advento institucional e o cumprimento das atividades inerentes a este Centro, em consonância ao Decreto Presidencial n.º 8.078/2013.

Ressalta-se que a integralidade do saldo composto no exercício anterior foi reclassificada para a rubrica "Obrigações com entidades governamentais", em consequência das tratativas no alinhamento entre as partes interessadas para realização do contrato de gestão onerosa dos bens móveis pertencentes à FUB.

Tenha-se presente que, neste exercício, esta organização obteve *superávit* econômico de R\$ 18.650 mil, em razão dos contratos firmados com terceiros interessados para realização e organização de eventos e concursos próprios do objeto estatutário deste Centro.

17 Receitas

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receita sem restrição	<u>465.493</u>	<u>392.005</u>
	<u>465.493</u>	<u>392.005</u>

Convém ressaltar que os ganhos auferidos, no exercício vigente, expandiu-se para 18,59%, ainda que, as regras de contratação de serviços técnicos praticadas pela Administração Pública estabelecessem a modalidade licitatória "menor preço" como o ideal. Por outro lado, evidencia-se a recuperação pecuniária de valores considerados incobráveis proveniente de glosas anteriormente contestadas e retidas pelos contratados, mas posteriormente esclarecidas e disponibilizadas financeiramente em favor desta entidade pela importância de R\$ 468 mil.

18 Custos e Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Serviços de autônomos	(225.066)	(240.674)
Demais custos	(55.798)	(61.381)
Pessoal	(52.530)	(42.376)
Utilidades e serviços	(25.911)	(20.179)
Despesas gerais	(95.488)	(5.374)
	<u>(454.793)</u>	<u>(369.984)</u>

O gasto dispendido, tanto nas rubricas de custo quanto nas rubricas de despesas, frente aos exercícios sociais em análise, apresentou contrastes econômicos evolutivos. Ainda que houvesse a otimização dos custos incorridos neste período, é de se dizer que este Centro desembolsou valores proporcionais e compatíveis na organização dos eventos realizados. Enquanto que, as despesas incorridas cresceram em consequência da admissão de pessoal e da combinação de outros gastos necessários a manutenção da atividade meio. Nessa vertente, sobreleva-se o termo contratual de cessão onerosa da marca CESPE firmado com a FUB decorrente dos *royalties* incidentes sobre a receita líquida auferida por este Centro em favor da contratada que importou gastos de R\$ 61.420 mil, com percentual de 35,31% sobre as despesas fixadas.

19 Demonstração de Resultados Abrangentes

Segundo o Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 26 (CPC nº 26), a "Demonstração de Resultados Abrangentes (DRA)" exibe as receitas, os custos, as despesas e outras mutações que afetam o patrimônio, mas que não são reconhecidas na "Demonstração do Superávit". Sendo assim, agregou-se à DRA, outros valores abrangentes caracterizados pelos ajustes de exercícios anteriores o qual resultou o Superávit econômico efetivo de 21.190 mil.

20 Eventos subsequentes

A Administração deste Centro está aperfeiçoando o seu planejamento estratégico com a intenção de conferir maior transparência, eficiência, eficácia e efetividade.

Desta forma, dando ensejo a esses eventos subsequentes, elencam-se:

- Elaboração do Plano Tático 2017;
- Orçamento Base Zero para 2017;
- Redimensionamento da Força de Trabalho;
- Implantação de novos módulos do Sistema de Gestão – (ERP/SAP);
- Pesquisa de satisfação com clientes organizacionais;
- Implantação do Plano de Melhoria da Gestão;
- Autoavaliação Assistida – FNQ 2017.

Fabiana de Moura Machado Oliveira
Contadora CRC/DF n.º 021.550/O-0

Paulo Henrique Portela de Carvalho
Diretor-Geral
Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e
Seleção e de Promoção de Eventos – Cebraspe

Aprovação do Relatório do Contrato de Gestão 2016

Em sua 32ª reunião, realizada em 15 e 20 de fevereiro de 2017, o Conselho de Administração do Cebraspe aprovou este Relatório do Contrato de Gestão, referente ao exercício de 2016.



RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO CEBRASPE N.º 1/2017

Aprova o Relatório do Contrato de Gestão do Cebraspe, referente ao exercício de 2016.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISA EM AVALIAÇÃO E SELEÇÃO E DE PROMOÇÃO DE EVENTOS (CEBRASPE), de acordo com o inciso VI, alínea b, do art. 26 do Estatuto do Cebraspe, na 32.ª Reunião, realizada em 15 e 20 de fevereiro de 2017,

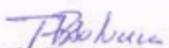
RESOLVE:

Art. 1.º Aprovar o Relatório do Contrato de Gestão do Cebraspe referente ao exercício 2016, o qual contempla as atividades executadas e as respectivas demonstrações financeiras pertinentes ao Contrato de Gestão n.º 001/2014, firmado entre o Cebraspe e o Ministério da Educação (MEC), com a interveniência da Fundação Universidade de Brasília (FUB) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Art. 2.º Recomendar que a Direção do Cebraspe continue envidando esforços para a assinatura do 1.º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão bem como para que se inicie o exercício efetivo desse Contrato, uma vez que, desde a assinatura desse Instrumento em 2014, não há plano de ação de fomento relevante estabelecido. Além disso, a imprevisibilidade para a concretização da assinatura do Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, que promova o fomento de atividades de apoio técnico e logístico a avaliações educacionais a cargo do Cebraspe, impede a consolidação do referido contrato e gera riscos institucionais crescentes, como a possibilidade de perda da qualificação como Organização Social.

Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Brasília, 20 de fevereiro de 2017.


Alessandro Borges de Sousa Oliveira
Presidente do Conselho de Administração

Quadros

Parte 1

Quadro 1	Descrição das atribuições dos setores da Diretoria-Geral	18
Quadro 2	Descrição das atribuições da Controladoria e das coordenações da Diretoria Executiva	20
Quadro 3	Descrição das atribuições dos setores da Diretoria de Contratação e Gestão de Eventos	21
Quadro 4	Descrição das atribuições dos setores ligados à Diretoria de Instrumentos de Avaliação, Seleção e Certificação	23
Quadro 5	Descrição das atribuições dos setores ligados à Diretoria de Operações em Eventos	25
Quadro 6	Macroprocessos finalísticos do Cebraspe	26

Parte 2

Quadro 1	Quadro de indicadores e metas de desempenho	34
-----------------	---	----

Parte 3

Quadro 1	Principais fases do OBZ 2016	53
Quadro 2	Cronograma do 1º interstício da AD	56
Quadro 3	Cronograma do primeiro interstício da pesquisa de clima organizacional	58

Gráficos

Parte 3

Gráfico 1	Comparação dos resultados da autoavaliação assistida (2015-2016)	49
Gráfico 2	Acompanhamento diário da pesquisa de clima organizacional	60

Figuras

Parte 1

Figura 1	Organograma da alta administração na nova estrutura organizacional	17
Figura 2	Organograma da Diretoria-Geral	18
Figura 3	Organograma da Diretoria Executiva	19
Figura 4	Organograma da Diretoria de Contratação e Gestão de Eventos	21
Figura 5	Organograma da Diretoria de Instrumentos de Avaliação, Seleção e Certificação	22
Figura 6	Organograma da Diretoria de Operações em Eventos	24

Parte 3

Figura 1	Etapas do processo de autoavaliação assistida	47
Figura 2	Marca do Projeto Sinapse	52
Figura 3	Fases de implementação do SAP	52
Figura 4	Etapas da metodologia da AD	57
Figura 5	Divulgação da pesquisa de clima organizacional	59
Figura 6	Divulgação da pesquisa de clima organizacional	59
Figura 7	Notas de destaque da pesquisa	60

Tabelas

Parte 3

Tabela 1	Comparação entre as pontuações obtidas em 2015 e 2016	50
-----------------	---	----

Parte 5

Tabela 1	Valores decorrentes do Contrato de Gestão (R\$)	70
Tabela 2	Receitas 2015-2016 (R\$)	70
Tabela 3	Custos 2015-2016 (R\$)	71
Tabela 4	Despesas operacionais 2015-2016 (R\$)	71
Tabela 5	Saldos em contas bancárias (R\$)	72

Siglas

AAA	Autoavaliação Assistida	FUB	Fundação Universidade de Brasília
AD	Avaliação de Desempenho	Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
ADIN	Ação Direta de Inconstitucionalidade	IRPJ	Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas
AGU	Advocacia-Geral da União	IsF	Idiomas sem Fronteiras
Ana	Avaliação Nacional da Alfabetização	ISS	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
Aneb	Avaliação Nacional da Educação Básica	Lalur	Livro de Apuração do Lucro Real
Anresc	Avaliação Nacional do Rendimento Escolar	MDS	Metodologia de Gestão de Desenvolvimento de Sistemas de Informação
AudIn	Auditoria Interna	MEC	Ministério da Educação
BBP	<i>Business blueprint</i>	MEG	Modelo de Excelência da Gestão
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	OBZ	Orçamento Base Zero
CAT	<i>Computerized Adaptive Testing</i>	PADP	Programa de Avaliação de Desempenho de Pessoas
Cebraspe	Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos	PAS	Programa de Avaliação Seriada
Ceduc	Coordenação de Educação Corporativa	PCCR	Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração
CespeUnB	Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília	PCDP	Política de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas
CFC	Conselho Federal de Contabilidade	PCN	Plano de Continuidade do Negócio
CG	Contrato de Gestão	PECLD	Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa
CGP	Coordenação de Gestão de Pessoas	PGF	Procuradoria Geral Federal
CGPA	Coordenação-Geral de Planejamento das Avaliações	PIS	Programa de Integração Social
CGU	Controladoria Geral da União	PMG	Plano de Melhoria da Gestão
Cipa	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes	PSST	Programa de Saúde e Segurança no Trabalho
Cofins	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	RAA	Relatório de Autoavaliação Assistida
Conjur	Consultoria Jurídica	Revalida	Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira
CPC	Código de Processo Civil	Saeb	Avaliação da Educação Básica
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Daeb	Diretoria de Avaliação da Educação Básica	SEI	Sistema Eletrônico de Informações
DRA	Demonstração de Resultados Abrangentes	Senai	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
DTLE	<i>Digital Testing Learning Environment</i>	Sesu	Secretaria de Educação Superior
Enade	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes	Sipat	Semana Interna de Prevenção de Acidentes
Encceja	Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos	SQVT	Semana da Qualidade de Vida no Trabalho
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio	TCU	Tribunal de Contas da União
FNQ	Fundação Nacional da Qualidade	TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
		TOEFL	<i>Test of English as a Foreign Language</i>
		TRI	Teoria de Resposta ao Item

Relatório do Contrato de Gestão – 2016 Contrato de Gestão MEC – Cebraspe

COORDENAÇÃO GERAL

Paulo Henrique Portela de Carvalho
Maria Osmarina do Espírito Santo Oliveira

ESCRITÓRIO DE GESTÃO

Clayton Quirino Mendes
Mauro Theobald
Rodrigo Viana Couto Cardoso
Vinícius Marinho Costa
Wanessa da Silva Arcanjo

SUPERVISÃO EDITORIAL

Editor

José Otávio Nogueira Guimarães

Editora Assistente

Mariana Carvalho

Projeto Gráfico

www.boibumbadesign.com.br

Diagramação

Bruno Freitas de Paiva
Joheser Pereira
Thaís Lunni

Revisão

Luísa Fialho Bourjaile
Valesca Scarlat Fonseca

Fotos

Natália Valarini

RELATÓRIO DO CONTRATO DE GESTÃO
Cebraspe 2016

